

III Congresso Regional da Psicologia

A caminho da construção social

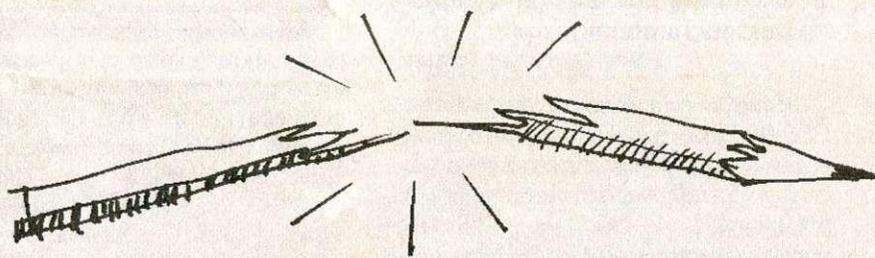


Os debates transcorreram em clima de tranquilidade e os temas suscitaram discussões que, quase sempre, caminharam para o entendimento. Para alguns, no entanto, faltou discussão de conjuntura e redução do número de delegados que compõem plenário prejudicou evento.

Páginas 8 e 9

COMPORTAMENTO

Violência nas escolas



Estudantes depredam escolas e ameaçam diretores e professores. Especialistas identificam na onda de violência uma reação dos jovens à agressão que sofrem de uma sociedade autoritária, punitiva e excludente. E o Estado, o que está fazendo para resolver a situação?

Páginas 6 e 7

CRP lança cartilha para orientar profissionais que trabalham com crianças e adolescentes. Pág. 12

ENTREVISTA

Marta Suplicy

Com nove livros publicados, psicóloga e terapeuta, a deputada federal fala dos seus planos, da sua trajetória de profissional bem-sucedida e de como sua formação auxiliou sua trajetória.

Páginas 3 a 5



27 DE AGOSTO

DIA DE ELEIÇÃO
CONHEÇA OS PROGRAMAS DAS CHAPAS
ENCARTE ESPECIAL

DIA DO PSICÓLOGO
VEJA A PROGRAMAÇÃO DAS
COMEMORAÇÕES E PARTICIPE. Pág. 10

EDITORIAL

A luta continua

Há quase dez anos os Conselhos de Psicologia têm-se pautado pela luta em defesa da democracia e da cidadania. Os Congressos Regionais e Nacionais da Psicologia aprofundaram e reafirmaram essa posição.

Mas não basta professar princípios. É preciso torná-los prática! A gestão **Psicologia em Ação** assumiu esse desafio em sua carta programa. Hoje, decorridos três anos, é hora de avaliarmos nosso compromisso.

Estamos às vésperas de novas eleições para os Conselhos. E com muita satisfação verificamos que três chapas apresentaram-se para concorrer ao Regional e duas ao Federal para a gestão de 1998-2001. Bom sinal. Nossa categoria mobiliza-se em torno das questões que nos afetam no exercício profissional face ao contexto social atual. E a diversidade de posições se fazem representar. Os encartes do nosso jornal trazem as propostas das chapas para que você, psicólogo, possa analisar.

O debate junto à categoria e aos outros setores da sociedade para a construção de soluções para a psicologia e para a realidade brasileira foi nossa prática constante. Entendemos sempre que a defesa da profissão se faz pela instrumentalização e qualificação do profissional, mais do que pelos vieses corporativistas ou tendências neoliberalizantes, que redundarão na desregulamentação da profissão com todas as conseqüências que isso acarretará a nossa profissão e aos nossos usuários.

Demos continuidade à desconstrução de uma história de fiscalização, punição e controle individual e estamos construindo a história da orientação, participação e referência coletiva. Conquistamos gradativamente lugar junto à sociedade civil que nos convidou a participar dos mais diversos movimentos de defesa da cidadania. Tribunal dos povos, Violência, Educação Especial, Exploração do Trabalho Infantil, Desencontros da Ética, Psicologia em debate- práticas

alternativas, Porte de Arma, Avaliação Psicológica, Saúde Mental e Trabalho, Diretrizes Curriculares, entre outros momentos de aglutinação, mobilização e resistência.

Com tudo isso marcamos, nossa posição de cidadãos numa sociedade que queremos democrática, solidária e com qualidade de vida para todos.

Avaliamos que tornamos ações os princípios que abraçamos.

Mas a luta continua! O desafio da atualidade está proposto pelo projeto neoliberal e suas práticas de exclusão.

O III Congresso Nacional da Psicologia deixou clara a posição dos psicólogos do Brasil com um marcante NÃO à globalização e às posturas autoritárias e restritivas à participação da categoria nas decisões; à compreensão que a discussão sobre as interfaces profissionais deve romper com as posturas corporativistas, sem, no entanto, permitir a ruptura das especificidades da psicologia; a defesa intransigente das políticas públicas, ten-

do o movimento dos psicólogos como foco de resistência ao Estado Mínimo e à implantação da lógica privatista em setores públicos básicos.

Sentimo-nos vitoriosos porque estivemos percorrendo esse caminho em nossa gestão. Ou seja, estivemos na ponta desse processo, provocando, viabilizando, intervindo criando condições de ações. Por isso fomos algumas vezes mal compreendidos. Mas a maioria das vezes, apoiados pela categoria e pela sociedade que respondeu participando ativamente.

Queremos dividir com vocês essa satisfação. Estaremos comemorando nosso dia no período de 20 a 25 de agosto na Sede e nas Subsedes. Compareçam.

E por último, para que todas essas conquistas permaneçam e o processo de fortalecimento da Psicologia continue, compareçam ao processo eleitoral do Conselho. Legitimem as conquistas de nossa categoria exercendo seu direito de escolha através voto nas eleições de 27/08/98.

CARTAS

Psicologia organizacional

Gostaria de receber mais publicações da área organizacional. Sou formada desde 84 e sempre atuei em empresas. Verifico que todas as publicações são voltadas para a área clínica. Seria interessante artigos falando da realidade das empresas, o que os RHs estão fazendo de novidade etc. Hoje grande parte dos profissionais está atuando nessa área e temos muito poucas publicações.

Gladys Muller Caballi
CRP - 06/21396-5

Resposta da Redação - O assunto que você solicita está sendo tratado nesta edição do **Jornal do CRP**. Veja à pág. 10 a programação do evento sobre psicologia do trabalho que o Conselho realiza no dia 13 de agosto e participe conosco dessa importante discussão. Também em nossa edição 109 (jan/fev/98) foi realizada ampla reportagem sobre as discussões mais atuais na área da Psicologia do Trabalho, nas páginas 12 e 13.

Internet

Essa home-page está muito boa...

Lucilene do C. Silva

Parabenizo pela excelente iniciativa. É muito bom vivenciar o tempo de nossa categoria estar ganhando força e importância.

Andréa Villas boas

Fiquei muito orgulhoso ao saber que o CRP está oferecendo mais este serviço, como recém formado garanto que será muito utilizado por mim e com certeza trará grande contribuição a todos os profissionais.

Samuel de Oliveira Júnior

Fiquei muito satisfeito com o que pude ver nessas páginas. Finalmente temos um meio fácil de entrar em contato com o nosso Conselho. Parabéns a todos.

Wilson Klain

Parabém a todos os colaboradores desta página. É muito importante que os profissionais da área de psicologia tenham um espaço na internet, na qual a comunicação é rápida e eficiente.

Mayra Lopes

Parabenizo a direção do nosso órgão pela criação de mais este meio de comunicação para a nossa classe.

Luiz Carlos de Jesus

Mesmo que virtualmente, através da luz da informação, é bom saber que podemos estar próximos uns dos outros; e assim unirmos nossas forças em prol de um mesmo objetivo. Mais do que nunca "unidos venceremos". Parabéns a todos nós por mais esta conquista.

Cláudia Canisio

Excelente, parabéns a todos, podemos nos comunicar melhor. Realmente estamos de cabeça aberta. Este, tenho certeza, é mais um passo para nossa categoria.

Tânia Aparecida Terezan

Parabéns pela iniciativa, dirigentes do CRP-06. Fiquei muito feliz em termos uma página de internet onde encontramos novas e freqüentes informações sobre nossa classe profissional, em todos os sentidos, e orientação de que órgão procurar para outras informações. Um abraço a todos.

Sônia Cristina Bertelli

Congratulations and best wishes for the future! I enjoyed visiting your website. Maybe onde dau you will have it in english too.

Margriet Poelman

O CRP-06 nos últimos anos tem nos dados demonstrações inequívocas de que está contribuindo para o fortalecimento da psicologia, em várias áreas, sendo que suas ações no que tange a incentivar a comunidade e não só os psicólogos, a desenvolverem suas plena consciência de cidadania são importantíssimas. Bem vindos a web...estamos muito felizes por estarem ainda mais próximos de nós.

Messias B. Nascimento

Mais do que uma necessidade! Um passo significativo e importante para todos nós. Um vôo corajoso e presente em cada um de nós! Obrigado pelo presente CRP-SP, conte conosco! Grande abraço aos colegas.

Ricardo Mattar Ferreira

As cartas à redação devem ser enviadas datilografadas para a sede do CRP, à Rua Borges Lagoa, 74 - Vila Mariana - CEP 04038-004 - São Paulo - SP. Por uma questão de espaço serão publicadas resumidamente, a critério da redação.

Conselho Regional de Psicologia

Conselheiros:

EFETIVOS: Ana Maria R. de Carvalho, Augusto Sérgio Callile (licenciado), Cláudia Medeiros de Castro, Cristina Amélia Luzio, Dayse Cesar Franco Bernardi, Floriano Nuno de Barros Pereira Filho, Glória E. B. Pires von Buettner, Helena M. C. de Moura Hirye, José Roberto Tozoni Reis, Marcos Colen, Maria Costantini, Maria

Cristina Pellini, Nilma Renides da Silva, Roberto Moraes Salazar, Sérgio Luiz Braghini e Sidnei Celso Corocine. **SUPLENTE:** Anita Cecília Lofrano, Cassia Regina Rodrigues, Cassio Rogério D. Lemmos Figueiredo, Luiz Humberto Sivieri e Sonia M. Carrijo D'Angelo Ribeiro.

O Jornal do CRP é uma publicação oficial do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Equipe Editorial: Marcos Colen, Sérgio Braghini, José Roberto Tozoni Reis, Cristina Amélia Luzio, Helena M. C. de Moura Hirye e Sidnei Celso Corocine. **Texto e Edição:** Juliana Motta **Revisão:** Dinorah Ereno

Diagramação e Editoração Eletrônica: Digital Artes Com. e Edit. (011) 3105-6098 **Impressão:** Bangraf **Tiragem:** 40.000 exemplares **Periodicidade:** Bimestral

Sede: Rua Borges Lagoa, 74 - São Paulo - SP - CEP: 04038-004
Fone: (011) 574-7133 - Fax: (011) 575-0857 - <http://www.crp.org.br>

ENTREVISTA

Marta Suplicy

“Tenho o *appeal* da mulher que conseguiu dar certo”



Foto: Márcia Zoef

Deputada federal pelo PT-SP, autora dos mais polêmicos projetos da história recente do Brasil, primeira psicóloga com formação em disfunção sexual no país, Marta tornou-se popular ao apresentar um quadro sobre sexualidade no Programa TV Mulher, na década de 80, onde recebia cartas, fazia entrevistas e provocava transformações.

Candidata ao governo de São Paulo, e primeira mulher nesta condição, Marta propõe soluções sociais de esquerda, sem perder a pose de mulher bem-nascida e intelectual respeitada. Com garra e determinação, Marta afirma que soube aproveitar cada oportunidade que a vida lhe deu. E acredita que as mulheres votam na sua candidatura porque vêem nela a possibilidade da realização plena, como profissional, mulher, mãe. Nesta entrevista ao *Jornal do CRP*, a candidata falou de política, psicologia e sexualidade.

CRP - Sua trajetória, de psicóloga que foi para a televisão, e que virou política, é, no mínimo, curiosa. A senhora planejou ir da psicologia para outras áreas, ou escolheu psicologia e as coisas foram acontecendo?

Marta - Escolhi psicologia no colegial. Minha professora de psicologia era muito boa, e esta era a matéria em que eu tirava sempre dez. Eu achava que, como psicóloga, poderia ajudar as pessoas. Sempre tive vontade de ajudar, e percebi que com a psicologia eu teria condições de realizar minhas idéias em prol das pessoas.

Lembro que, antes de me decidir, fui conversar com a madre Cristina, no Instituto Sedes Sapientiae, com quem tinha um relacionamento muito íntimo. Foi ela quem me abriu todas as portas, criando possibilidades para minha carreira. Fui me aconselhar com ela, porque eu estava entre psicologia e línguas. Ela me disse: “Marta, aprender línguas por aprender é um desperdício, línguas a gente aprende para aprofundar algum assunto.” Foi aí que ela me animou a fazer psicologia. Mas nunca pensei em fazer psicologia sem ser clínica. Minha idéia sempre foi ter uma relação pessoal, poder ajudar as pessoas de uma forma mais direta.

Quando o Eduardo (senador Eduardo Suplicy, seu marido) foi fazer mestrado nos Estados Unidos, tive que interromper meu curso. Fiquei lá, sem estudar, só cuidando dos filhos. Eu não podia fazer a faculdade lá, porque eu teria que ter pelo menos até o terceiro ano para pedir a transferência e estava no meio do segundo ano. Aí aconteceu uma coisa interessan-

te na nossa relação. Eu falei para ele que não achava justo ele estudar e eu não. Disse que o certo era eu acabar a minha faculdade, e aí eu poderia fazer o mestrado e ele o doutorado no exterior. O Eduardo concordou, viu que não era justo mesmo. Então voltamos para o Brasil, eu acabei a faculdade, e fomos para o Estados Unidos. Fiz o mestrado, e, quando cheguei no Brasil, o curso de psicologia tinha mudado, de quatro para cinco anos.

A madre Cristina estava precisando de professores na área de relacionamento de casais, justamente minha área de especialização. Ela me propôs abrir um curso de relacionamento de casais e terapia comportamental e em troca me dar alguns créditos que faltavam, com a mudança do curso para cinco anos. Foi aí que criei o curso. Só que eu sou muito inquieta, estou sempre tentando estudar, pensar o novo. Depois de dois anos formando o curso, já com alunos, achei que o behaviorismo não estava mais respondendo às coisas que eu estava vivendo na clínica. Quis outro tipo de aprofundamento. Faltavam-me instrumentos para lidar com o consciente, sentia dificuldades e limitações.

Minha formação era muito mais psicanalítica, sempre em terapia de grupo. Quando percebi isso, resolvi fazer supervisão com alguém que não fosse totalmente na área da psicanálise. Estava com um pé atrás, e também não que-

ria alguém que fosse só comportamental porque isso eu já tinha estudado com o mestre dos mestres.

Eu queria alguém que me desse outro enfoque. Foi uma decisão muito difícil, porque eu tinha feito toda uma formação comportamental, em Stanford, que é a universidade número 1 na área, estava com tudo aberto para seguir nisso e achei que não era mais por aí.

CRP - Como a televisão entrou na sua vida?

Marta - Foi num momento muito ruim da minha carreira. Decidi que não iria mais trabalhar em sexualidade, e optei pela psicanálise, no meio da análise com o dr. Kubo. Estava voltando de um congresso de sexologia no México. Pensei: “Não vou mais trabalhar nessa área, me desencantei. E o que vou fazer? Porque eu sei é dessa área.” Naquela época, sem ser prestatória, eu era a pessoa que mais entendia de disfunção sexual, era uma pioneira na área. Havia dois ginecologistas que estavam começando, mas eu já vinha com uma experiência americana de hospital. Pensei o quanto seria complicado começar do zero, como psicanalista, sem formação psicanalítica, a não ser alguns anos de análise. E resolvi. Por sorte, nesse vôo encontrei a Carmem Barroso, que trabalhava na Fundação Carlos Chagas. Comentei com ela que iria desperdiçar anos de estudo,

porque na psicanálise tem muito pouco de comportamental. Carmem me convidou para ajudá-la a fazer folhetos da Fundação Carlos Chagas, para as mulheres de periferia, sobre sexualidade. Trabalhei no projeto dela, ajudando a fazer as cartilhas sobre sexualidade, muito usadas naquela época. E foi aí que passei a não aceitar mais pacientes de disfunção, para trabalhar só com a psicanálise. Arrumei uma supervisão boa e encaminhava os pacientes que vinham para disfunção para alguns colegas.

CRP - Mas seu programa na televisão versava sobre sexualidade.

Marta - Bem, um dia recebi um telefonema da Marília Gabriela me convidando para conversar sobre um programa de TV sobre sexualidade. Eu disse que estava saindo da área, mas fui conversar com o Nilton Travesso, que era diretor da Globo. Ele me propôs um programa de cinco minutos, sobre sexo, todos os dias. Eu resolvi experimentar e ele achou ótimo.

CRP - Como a comunidade psicanalítica recebeu esta iniciativa?

Marta - No começo, os colegas de psicanálise achavam que era o fim da picada, que era inadequado. Uma psicanalista aparecendo na televisão, ainda mais uma recém-chegada... Mas isso nunca me atrapalhou, sempre acreditei que temos que divulgar os conhecimentos. Quando comecei a escrever na *Folha de São Paulo*, houve uma discussão com os intelectuais da USP, entre eles o Fernando Henrique. Eles diziam que uma pessoa com a minha formação, escrever em jornal, seria um horror. Eles argumentavam para me dissuadir, eu dizia que não estava interessada em escrever para o caderno do Cebrap, eu queria escrever para jornal.

CRP - A senhora precisou trabalhar seus medos, para se expor tanto, se confrontando com os colegas contrários à atividade?

Marta - Não tive nenhum receio de trabalhar em televisão, mas tive que desenvolver, no setting analítico, uma capacidade de escuta muito diferenciada de quem não tem

“Foi a madre Cristina quem me abriu todas as portas, criando possibilidades para minha carreira na psicologia”

ENTREVISTA

"Não tive receio de trabalhar em TV, mas tive que desenvolver, no setting analítico, uma capacidade de escuta muito diferenciada"

posição política, uma outra escuta. Porque, muitas vezes, vinha muito cifrado o imaginário relacionado com a palavra na televisão. Calhou de ser uma época em que meu marido tinha uma exposição pública, na política, muito aumentada, e de meu filho ter um conjunto de rock que aparecia. Foi tudo junto e era muito forte. Esta coisa tinha que ser polida, precisava ver como isso entrava na projeção que o paciente estava fazendo. Para me ajudar a trabalhar especificamente a transferência, tive professores muito competentes. Mas não senti isto tudo como uma coisa ruim, pelo contrário. Aprendi a trabalhar muito bem na transferência, ganhei um instrumento a mais de trabalho. Em vez de ser só a projeção, eu tinha que trabalhar com esse imaginário projetado através das coisas que apareciam, e foi rico.

CRP - No programa a senhora recebia cartas:

Marta - Acontecia de tudo, eu recebia cartas, respondia, entrevistava gente, improvisava, tudo com absoluta liberdade. Quando percebi que falando de sexualidade eu dava informação, mas não provocava transformação, resolvi mudar. A mulher na condição de submissão não usava a informação. Falei para o Nilton que ia mudar o programa, que não ia ser mais sobre sexo, mas sobre a condição da mulher. Ele respondeu não, de jeito nenhum. Fiquei quieta, e mudei o programa. Escolhia cartas de outro tipo, entrevistava feministas, mudei tudo. Tanto que o último programa gravado da TV Mulher, que não chegou a ir ao ar, era sobre a mulher negra, com a Dulce Pereira, a mãe Sílvia de Oxalá e a Benedita da Silva. Nos últimos três anos, o programa, de vez em quando, tinha uma pitada de sexo, para não reclamarem.

CRP - Casada com político, e discutindo estes temas, entrar na política foi um caminho natural?

Marta - Nunca tive vontade de ser candidata a nada, até porque sou casada com político e sei como é estressante. Também achava que tinha que ficar mais com meus filhos, o que não era sacrifício algum. Gostava muito de ser psicanalista, sempre produzi muito, era muito importante e gratificante para mim. Escrever sempre foi muito gratificante, sempre fui satisfeita com o que faço, nunca tive vontade de arrumar outra coisa. Existia uma divisão muito grande entre consultório e ficar na comunicação.

O PT me convidou para ser deputada muitas vezes, eu respondia não, sem pestanejar. Em 94, dei a resposta de sempre, só que, duas horas depois, eles me telefonaram e me perguntaram se eu aceitaria ser vice do José Dirceu. Como era um convite bastante importante, fiquei de pensar, no fim de semana. Aí, achei o desafio interessante. Nos meus 50 anos, não vi nenhum deputado colocando como prioridade alguns temas que têm que ser discutidos no Congresso: os assuntos da mulher, as minorias, os direitos dos HIVs positivos.

Meu filho mais novo estava com 20 anos, meu marido morando metade da semana em

Brasília. Falei para o Eduardo que seria candidata. Ele estranhou, comentou que dois dias antes eu nem tinha pensado nisso. Expliquei a ele, e vocês, como psicólogos, vão entender, que eu estava fechada à possibilidade do pensamento. Na hora que eu abri para pensar de vice, abriu tudo. Aí percebi que é muito mais interessante do que qualquer coisa que eu possa fazer. Comuniquei aos pacientes que seria candidata, muitos estavam em fase de término, e encaminhei alguns para os colegas. Trabalhei até um mês antes da eleição, quando tirei férias para fazer a campanha. Fiz a campanha no interior, nos finais de semana, e aqui, de noite. Minha campanha foi baseada em palestras em universidades, em escolas públicas e nas rádios do interior. Entrei na campanha para valer em julho, e aí fui para o Congresso Nacional.

CRP - Como foi sua introdução em Brasília?

Marta - Me diziam para ficar tranquila que o primeiro ano de mandato era só ver como funcionava, no segundo, começar a apresentar projetos, e quando o mandato estivesse acabando é que eu estaria enturmada, querendo ser reeleita. Depois de dois meses eu já sabia muito bem como funcionava, e sentia, às vezes, insegurança, porque é tudo muito cheio de regras. Logo percebi a coisa mais importante: para conseguir fazer alguma coisa, tinha que ser suprapartidariamente. Se quisesse fazer qualquer proposta na minha área, só com o PT, ou sozinha, eu não passaria da porta. Então, a primeira coisa que fiz foi organizar a bancada feminina com a proposta da campanha "As mulheres têm medo do poder", dando destaque para todas as deputadas. Trabalhei muito, viajei o Brasil todo, todos os Estados. Lançava campanhas de vereadoras de todos os partidos, no baixo Amazonas, por exemplo, de teco-teco. Descia em cada ilha que imaginava que o avião não subiria mais. Às vezes era uma candidata do PFL, uma do PT, outra do PV. Foi com isso que consegui o apoio da bancada feminina ao projeto, que passou a ser estudado internacionalmente.

CRP - Como começou esta articulação internacional?

Marta - Minha primeira viagem internacional como parlamentar foi uma conferência no Japão, e eu voltei muito indignada com o Brasil e com a América Latina. Nos apresentávamos nessas conferências sem posição, ou proposta. A Ásia e a África vinham com suas propostas alinhavadas e nós não tínhamos nada. Fomos arrasadas pelo pessoal da Ásia. Decidi que não iria para a IV Conferência da Mulher assim. Fui buscar dinheiro internacional, e tive muita facilidade por saber falar um monte de línguas e ter morado nos Estados Unidos. Fui atrás de recursos para promover um encontro de

deputadas e senadoras da América Latina aqui, para fazer um documento para ser lido em Pequim. Consegui recursos, vieram trinta e poucas parlamentares da América Latina, todas as do Brasil, e a gente fez um documento que foi lido em Pequim em nome da América Latina.

CRP - Mas na articulação interna a senhora também surpreendeu, especialmente porque foram aprovados projetos que efetivamente aumentaram a participação da mulher na política.

Marta - Quando comecei articular e a bancada viu que eu fazia as coisas acontecerem, dando espaço para elas aparecerem também, facilitou o trâmite até a ponto de conseguir aprovar 20% das cotas obrigatórias em todos os partidos políticos para vereadora. Aumentamos de 8% para 13% de mulheres vereadoras. Antes, a gente subia 1 ponto a cada quatro anos.

Depois, aprovamos 25% para este ano e 30% para o ano 2000. Fui vendo que eu conseguia articular, conversar, e aí surgiu minha amizade com o Luís Eduardo Magalhães, que se tornou meu parceiro nessas coisas. Ele era presidente da Câmara, e, no momento que ele entendeu a importância desse projeto, me abriu muitas portas, e com isso surgiu nossa parceria.

CRP - Ele era um articulador importante, um interlocutor com os partidos.

Marta - Ele tinha sensibilidade para as questões que eu defendia e nunca faltou a palavra comigo. Me dava dicas para aumentar as chances de os projetos acontecerem. A comissão especial para estudar o projeto de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo não teria acontecido se ele não quisesse. É o presidente da Câmara quem assina ou não uma comissão especial. Existem 150 comissões especiais, depende do poder político. Ele assinou, a comissão ganhou de 11 a 5, e o projeto está lá para ir ao plenário. Não vai agora, porque agora perde, os deputados não vão votar num projeto polêmico para não perderem votos. Mas em novembro deve ganhar. Aprendi muito com ele.

CRP - Foi com este aprendizado que seu nome cresceu tanto, a ponto de ocupar espaços importantes como a candidatura ao governo de São Paulo?

Marta - Na Câmara, fui fazendo as coisas sem perceber o quanto estava conseguindo. A primeira percepção que tive do que eu estava fazendo foi que normalmente num mandato é extraordinário passarem tantos projetos. Foi aí que resolvi ser candidata a vice-líder do PT. Nunca tinha disputado espaço algum no PT, e o PT tinha direito a 13 vice-líderes. Quando falei que seria candidata, já eram 24 candidatas. Na negociação para ficarem apenas os 13, nenhum dos 24 retirou a candidatura. Foi uma disputa acirrada, e eu fui achando que ia ganhar, supertranquila. Fiquei muito surpresa, tive 50 votos da bancada, nem eles acreditaram. Foi por

unanimidade. Percebi, pela primeira vez, que eu tinha um taco importante. E este ano veio o convite para ser candidata ao governo, o que não estava nos meus planos. Defendendo os assuntos que eu defendo, que provocam muita polêmica e muita rejeição, imaginava que uma candidatura majoritária demandaria alguns anos. O interessante foi que exatamente por ser uma candidatura polêmica, por ter tido a capacidade de fazer esses alinhavos e de colocar essas questões em debate na sociedade é que o partido resolveu me escolher. Foi uma surpresa para mim.

CRP - E como foi, para seu projeto de vida, receber este convite?

Marta - Eu não esperava, mas achei o convite estimulante, porque ia mudar um pouco a qualidade dos debates, conduzindo temas que até então não faziam parte da agenda política. Foi o que aconteceu no Congresso Nacional também e já está tendo repercussão.

O *Jornal do Brasil* fez uma matéria de como os discursos dos candidatos estão mudando. O Mário Covas, por exemplo, fez o projeto de habitação com a casa no nome das mulheres. É populista, porque as mulheres mais humildes não casam com separação de bens. Se vai no nome dela e ela está casada com o indivíduo, é dos dois. Mas é um ato simbólico, fico feliz que ele tenha se preocupado. O Maluf, no interior, faz seu discurso normal e depois pergunta só para as mulheres o que elas acham importante, aí promete desde salão de ginástica até habitação. Mas eu não acho ruim, porque a mulher passou a existir no discurso desses caras, o que é muito importante.

Como eu nunca tive vocação para Joana D'Arc, antes de aceitar ser candidata, pedi para o PT encomendar uma pesquisa para ver minhas chances reais, e saí com 9% sem lançar a candidatura. Achei muito interessante, porque o PT tem um patamar de 13% a 14% no final da campanha. As classes E e D não sabem que eu existo, então tem uma possibilidade muito grande de crescimento.

CRP - A Marta psicóloga auxilia a Marta política?

Marta - Ajudou muito, primeiro porque com a compreensão de como as coisas acontecem, que é extremamente simplificada na medida que entendemos os processos, não só coletivos, mas individuais de cada um, há uma percepção mais aguda das vaidades, das mentiras, dos jogos políticos. Eu não tinha uma consciência de que estava tão bem instrumentada, mas no momento em que você entra e começa a observar com olhos de psicóloga percebe muita coisa que os outros não têm condição de perceber com tanta rapidez. Os mais sensíveis percebem depois de algum tempo, porque faz parte da profissão de político ter essa percepção aguçada. Quanto melhor o político, mais sensível ao desejo do outro, a captar a fala não explícita, e até o inconsciente coletivo. Os grandes políticos têm essa capacidade, mas o psicólogo tem além, tem um treinamento para captar.

É extremamente útil saber a hora de colocar um projeto no ar, conversar, dar a dura, ceder, isso ajuda muito. Para mim é um treino diário, como foi na psicanálise aprender a ficar mais quieta e não falar tudo o que eu gostaria. Na política está sendo igualzinho, porque minha maior alegria, como comportamentalista, é que eu podia falar tudo o que eu queria, e como psicanalista não. A maior dificuldade no meu treinamento foi ter que esperar um tempo adequado, ter que engolir, porque a pessoa não tinha condição de ouvir naquele momento. Agora, isso eu fazia no consultório e era muito bem programado, dava para conter. Nunca fui

"A primeira percepção que tive do que eu estava fazendo foi que normalmente num mandato é extraordinário passarem tantos projetos"

ENTREVISTA

uma analista tradicional, porque sempre tive uma enorme dificuldade em segurar todas as intervenções, fazia isso com enorme esforço.

Mas fora do consultório eu podia falar as coisas que eu bem entendia, tanto na televisão como na minha vida. Agora mudou. Não tenho mais consultório, a vida inteira passou a ser um consultório na medida em que eu tenho que estar muito mais consciente de que o que eu falo pode virar manchete. Não posso falar tudo o que passa pela minha cabeça, o que é extremamente difícil. Está sendo um novo treinamento: não preciso falar mentira, mas não posso falar exatamente todas as verdades que eu tenho vontade, e que às vezes eu acabo falando. Na política isso cria inimizades complicadas.

CRP - Seus colegas parlamentares vêem a senhora como psicóloga?

Marta - Os parlamentares nunca me viram como psicóloga e sim como sexóloga ou feminista. Quando abro a boca lá para falar sobre a saúde ou a condição da mulher, eles me respeitam, me consultam e minha palavra tem um peso enorme. Nas outras áreas eles nunca me deram espaço especial, o que não é ruim, é como alguém ouvir o Delfim Netto sobre economia. Foi um ponto a meu favor, porque cheguei no Congresso Nacional na hora certa, com enorme credibilidade nacional, todos os deputados sabendo quem eu sou. Os deputados têm que usar um *button* para entrar no elevador de deputado, eu não precisava, pois todos os assessoristas sabiam quem eu era. Pediam autógrafos, diziam que tinham visto a TV Mulher. Os deputados me diziam que suas esposas são minhas fãs, pediam livro autografado para suas filhas. Foi bom porque pude fazer bons amigos em todos os partidos.

CRP - Como a senhora vê sua contribuição para o espaço profissional dos psicólogos?

Marta - Sempre apoiei os psicólogos quando tinham alguma situação complicada, como recentemente na questão dos testes. Não apareceram muitas questões específicas. Tem um projeto que não é meu o original, mas não fiz um novo porque achei que bastaria um substitutivo, não tem necessidade de ser no meu nome. Esse projeto, que é de orientação sexual na escola, combate à Aids e drogas, vai afetar muito o psicólogo, que será incorporado nesse tipo de capacitação.

CRP - O que podemos esperar da psicóloga Marta Suplicy como governadora?

Marta - Uma ação muito forte com relação ao combate ao trabalho infantil e uma utilização mais ampla pelo Estado dos serviços do psicólogo em escolas, principalmente pré-escolas, e numa mudança no magistério. A professora tem que ter conhecimento de psicologia e o psicólogo tem que ser inserido nessa formação do magistério também. O Estado tem que oferecer os serviços do psicólogo, e também inserir este profissional na educação.

CRP - Mulher vota em mulher?

Marta - Achei muito mais difícil na outra campanha. Nesta, acho que tomou uma dimensão diferente, e eu não sei bem por quê. Senti um apoio muito maior por parte de todas as categorias sociais femininas, e uma das hipóteses é que desta vez a mulher está colocando alguma projeção no que eu consegui conquistar como mulher. Quando consegui conquistar um espaço na televisão, era uma coisa interessante, mas não tinha esse *appeal*. Acho que as mulheres estão encantadas com a possibilidade de ter uma voz feminina no maior Estado do Brasil, de uma mulher que conseguiu dar certo. Não sou uma mulher se realizando parcialmente numa profissão. Sou uma mulher bem

casada com o mesmo homem há 34 anos, tenho filhos que estão bem na vida, trabalhei numa profissão que gostei e me senti muito gratificada. Aos 50 anos, consegui ter o espaço de uma nova profissão. É como se fosse assim: se ela conseguiu, nós podemos chegar lá.

É como muitas vezes eu senti quando era jovem e via uma mulher que tinha dado certo. Eu pensava: "Puxa vida, quero fazer igual, poder contribuir como ela contribuiu, poder conquistar coisas que são importantes para mim". Assim como senti isso em relação a algumas mulheres, percebo que tem muitas mulheres hoje que sentem que eu, quebrando esses tabus todos e não pagando um preço de marginalização, ao contrário, conseguindo manter as coisas em ordem, abro uma possibilidades para elas fazerem isso também.

CRP - Há algum tempo, alguém disse, numa entrevista, que a Marta Suplicy tem aquela insuportável segurança dos analisados.

Marta - Essa segurança, paguei um preço. Tudo tem um preço, tudo tem um custo, é tijolinho por tijolinho. Tive muitas oportunidades na vida, mas posso dizer que não desperdici nenhuma, e trabalhei cada uma delas. Não trabalhei para nascer numa família que me deu condição de estudar, mas aproveitei. E muitas colegas minhas que tinham as mesmas condições não aproveitaram. Eu sempre quis mais, ir além, arriscar, experimentar.

E tive sorte, além de uma grande vantagem na vida, que foi ter acertado num companheiro. Isso foi fundamental, porque eu tive apoio em tudo, o que faz uma diferença muito grande. O Eduardo é um homem seguro, porque ter uma mulher que trabalha em sexualidade... Quando cheguei em Stanford disse que iria trabalhar em disfunção sexual. Ele me disse para escolher outra coisa. Eu insisti e entrei nessa área. E depois, quando fui trabalhar em televisão nessa área, foi difícil, porque é um assunto que tem muita gozação. Meus filhos tiveram que criar casca de jacaré porque tinha trote em casa, xingamento.

Eu tinha uma pessoa que me ajudava, e tinha análise, porque sem análise eu nunca teria conseguido agüentar. Você tem que saber qual é o limite da sua interferência, o limite da sua possibilidade de ajudar. Na hora em que isso ficou mais claro para mim, foi um alívio muito grande no próprio trabalho.

CRP - Recentemente o apresentador Carlos Massa, o Ratinho, disse que a união civil entre homossexuais é uma idiotice. A senhora tem recebido muitas críticas por causa deste projeto.

Marta - É uma desinformação dele. O projeto da parceria civil é importante na medida em que colocou a sociedade discutindo a homossexualidade, só nisso já teria valido a pena. Mas também tem uma função, porque hoje a pessoa pode fazer um testamento, como diz o

Ratinho, mas ele esqueceu que a família entra com uma liminar no dia seguinte e demora dez anos para sair a possibilidade da pessoa que foi beneficiada receber os bens.

O contrato não muda o estado civil da pessoa. Também não permite a adoção, guarda ou tutela da criança, não porque eu seja contra. Ninguém é homossexual porque é criado por um homossexual. A maioria dos homossexuais tem pais heterossexuais, mas acho que a sociedade ainda está muito despreparada para assimilar, e provavelmente a criança sofreria um tipo de marginalização. Essa foi uma emenda do substitutivo do Roberto Jefferson, que é o relator. Ele fez uma pesquisa e me disse que havia dois pontos que as pessoas não toleravam no projeto: o casamento e a adoção de criança. Mudamos o nome do casamento, a partir de uma sugestão de uma deputada sueca que a gente convidou para explicar a lei.

CRP - Por que a senhora quer ser governadora? Qual o seu projeto político para o Estado?

Marta - Eu quero ser governadora deste Estado porque acredito que as pessoas que estão aí são as mesmas na política há vinte anos. Não têm nada de novo a dizer e já tiveram possibilidades de mostrar a que vieram. Acho que está na hora de dar uma oportunidade para uma mulher que vai fazer e pensar as coisas de forma diferente. E uma das coisas que dá para ver é o meu primeiro programa que foi lançado, o bolsa-trabalho. Ele vai beneficiar pessoas de 15 a 21 anos, que não tenham até a 5ª série e cuja família seja carente. Elas vão poder cursar um supletivo de qualidade, onde vai ser colocado informática, contabilidade, gerenciamento e terão uma bolsa-trabalho de um salário mínimo para prestar serviços à comunidade. Temos que combater o desemprego com ações específicas para as camadas que estão hoje mais em situação de vulnerabilidade, porque o desemprego provoca desestrutura familiar, que leva o jovem para as ruas e que é um dos fatores da violência. E isso acaba sendo um desastre. Tem que ter polícia na rua, um programa sobre segurança, mas uma polícia capacitada em relação aos direitos das pessoas, que não bata em pobre ou negro ou homossexual. A polícia tem que ter armas adequadas, salário digno, mas tem um outro lado também. Segurança não se limita a polícia na rua.

Esse projeto eu trouxe de uma viagem a França, no ano passado, onde lançaram um primeiro trabalho para 350 mil jovens franceses que não têm condição de trabalho, apesar de terminarem o colegial. Trouxe o projeto para estudar e apresentar como deputada. Quando fiquei candidata do PT pedi para levantar o número de jovens nessa condição, 371 mil jovens no Estado de São Paulo de 15 a 21 anos, sem a 5ª série. Resolvi começar minhas ações por aí, porque se você abre o jornal, quem está matando e assaltando não é o cidadão de 40 anos, é o de 17, que não tem perspectivas.

"Há pessoas que nunca conversaram com um psicólogo e têm ojeriza profunda, acham que é coisa de louco, ou é luxo"

CRP - Nossa gestão frente ao CRP trabalhou muito com a inserção do psicólogo nas políticas públicas. Trabalhamos questões da infância e da adolescência, por exemplo. Como a senhora vê a atuação dos psicólogos em novas áreas?

Marta - Com relação às políticas públicas, tanto o governo municipal quanto o estadual, ao contrário de aumentarem a participação dos psicólogos, acabaram por diminuir os serviços que existiam. Um exemplo é o do Banaser, que era um cabide de emprego. Foram demitidas pessoas que não trabalhavam, e junto com elas um número enorme de pessoas que tinham uma atividade social. Estes profissionais e suas atividades não foram resgatados em outra secretaria, ou em uma secretaria adequada. Este governo pecou muito em relação ao social, às políticas públicas, e aí você agrega o assistente social também, além do psicólogo, e todos que poderiam ter uma participação social e já tiveram em outros momentos.

CRP - E a que a senhora atribui esta espécie de desprestígio da nossa atividade?

Marta - Quem não tem experiência do que é lidar com a mente ou com a dor mental, ou com o bloqueio ocasionado por um problema emocional, tem muita dificuldade em entender a importância do psicólogo. Falamos de uma situação com a qual a pessoa não tem intimidade, e esta pessoa não dá o espaço que aquilo pode ser de transformação na vida do cotidiano.

Na minha percepção, é isso o que difere o trabalho da psicologia em todas as áreas: na educação, na social, na clínica. Há pessoas que não têm familiaridade com isso, nunca conversaram com um psicólogo e têm horror a psicólogo, psicanalista, psicoterapia. Têm ojeriza profunda, acham que é coisa de louco, ou é luxo. Mas quem trabalha na área sabe, por exemplo, o quanto uma assistência psicológica pode propiciar no aumento da produção de uma fábrica, por exemplo. A intervenção de alguém que entenda do ser humano pode mostrar como as coisas têm que ser levadas pela diretoria, como resolver os problemas conjuntamente, a participação dos empregados em decisões, a melhor iluminação, roupa, a hora de *break* de trabalho, para diminuir intrigas, brigas e perturbações que diminuem a produção de toda a sociedade. É uma questão de capacidade, de perceber essas coisas, por um acúmulo de bagagem, ou não ter isso claro.

CRP - E a senhora acha que nossos cursos de psicologia estão formando psicólogos para esses novos trabalhos?

Marta - Estou muito afastada dos cursos de psicologia para fazer uma análise bem feita. O que eu percebo, posso estar enganada, é que tem muito mais cursos de psicologia do que eu acho que daria para formar bons profissionais. Eu não sei se não foi uma atitude muito leviana de dar tantos alvarás para cursos abrirem sem possibilidade de formação, acho que pode ter ocorrido isso.

"Quero ser governadora deste Estado porque acredito que as pessoas que estão aí são as mesmas na política há vinte anos"

O medo ronda a escola

Depredações, invasões, pichações, furtos, assaltos. Ameaças, agressões, tráfico, uso de drogas. Tiroteios, mortes, cobrança de “pedágios”. Essas são “apenas” algumas das atividades que estão em curso nos lugares onde deveriam estar acontecendo aulas, pesquisas, gincanas, torneios esportivos, cursos de teatro, desenho, enfim, preparação para a vida: as escolas públicas do Estado de São Paulo. Diretores e professores têm medo dos alunos e da comunidade. Estes, por sua vez, têm raiva daqueles, a ponto de mantê-los sob ameaça constante. É assim que tem se caracterizado o campo de batalha em que se transformou o ensino brasileiro. “A violência chega cada vez mais dentro da escola. Professores e diretores vivem sob ameaça constante e, quando ocorrem fatos que os colocam em risco, têm medo de denunciar e se transformarem em vítimas de vinganças”, declara Roberto Augusto Torres Leme, presidente do Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo).

Essa realidade fez com que a entidade passasse a realizar, desde 1995, pesquisas anuais para aferir o estado de violência e reunir propostas de solução para as escolas. Após dois anos, contabilizados os resultados dos primeiros levantamentos, a Udemo enviou ao governador Mário Covas a reivindicação da maioria das instituições de educação: que fosse implantada ronda policial feminina nas cercanias das escolas e, que quando solicitado, o policial entrasse no prédio para conter eventuais abusos. O governador atendeu, e em 15 de janeiro de 1997, fez publicar o Decreto 41.552 criando o Programa de Segurança Escolar, a ser realizado pelo Comando de Policiamento Feminino. Pelo mesmo decreto, Covas criou também o Grupo de Apoio ao Policiamento Escolar (Gape) para combater ao tráfico de drogas.

Desde então, as pesquisas que a entidade continua realizando dão conta de significativa redução nas ocorrências. Em junho do ano passado, por exemplo, ao questionário enviado para 106 escolas que receberam o policiamento feminino, as respostas obtidas de 35 destes estabelecimentos

foram as seguintes: 31 responderam que os índices de violência diminuíram; dois responderam que desapareceram e dois disseram que não se alteraram. De acordo com a capitã Márcia Batista, do Comando de Policiamento Feminino, a aceitação dos diretores foi unânime, e, depois de um mês de implantação do policiamento, as depredações praticamente acabaram, assim como os roubos de veículos ou de gravadores nos estacionamentos. “Passou a haver uma maior sensação de segurança nas escolas, porque teve um pouquinho mais de tranquilidade para se dar aula”, avalia a capitã.

FORA DA ORDEM

Ninguém duvida que quando a polícia cumpre sua função de reprimir o crime, os índices de delitos reduzem ou caem a zero. Da mesma forma, não se questiona que a polícia transmite segurança para aquele que, se sentindo ameaçado, requisitou sua presença. A polícia existe para manter a lei e a ordem. O problema, no entanto, aparece quando a escola sente necessidade da força policial para exercer sua função básica: ministrar aulas ou, para os mais otimistas, educar e formar cidadãos. Afinal, ela é justamente o lugar de se transmitir valores tais como respeito, solidariedade, senso de responsabilidade e outros, fundamentais para a integração individual e coletiva do aluno. E torna-se mais grave quando o poder público, responsável pela garantia dos direitos civis e políticos da população, limita-se a atender a uma reivindicação de cunho repressivo, sem apurar as causas por que se chegou a tal estado de coisas. Ou seja, age como se os estudantes (crianças e adolescentes) fossem uma horda incontrolável

Estudantes depredam prédios escolares e ameaçam diretores e professores.

Especialistas identificam na onda de violência uma reação dos jovens à agressão que sofrem de uma sociedade autoritária, punitiva e excludente.

E o Estado, o que está fazendo para resolver a situação?

e os educadores um grupo de indefesos cidadãos.

Questionado sobre a medida, o presidente da Udemo declarou que não é intenção dos educadores passar o bastão para a polícia. “Entendemos, como educadores, que a única forma de combater a violência é através da educação. Era, contudo, necessário tomar medidas urgentes, pois os professores e diretores viviam sob constante pressão de ameaças. De acordo com o programa de segurança escolar, a policial tem duas fun-

ções básicas: aconselhamento, como medida preventiva, e repressão, quando solicitada pela escola”, explica.

Por melhores que sejam as intenções dos professores e diretores, o fato é que nem sempre é fácil estabelecer os limites de atuação de educadores e policiais, quando os dois dividem o mesmo palco com funções tão semelhantes: se à polícia cabe reprimir, o professor tem a responsabilidade de estabelecer limites para os alunos. Por outro lado, se aquela está investida da função de aconselhar, ao professor cabe orientar. Tanto é assim que o próprio presidente da entidade de especialistas em educação reconhece a sutileza na diferenciação de papéis, relatando um fato ocorrido numa escola, em que uma policial tentou proibir um aluno de usar boné dentro do prédio escolar. Da mesma forma, a capitã Márcia dá o seu testemunho: “Começou a acontecer de o professor falar que, se o aluno não obedecesse, ele ia chamar a policial. Ele tinha a policial ali, que acabou praticamente fazendo a função de inspetor. Depois, conversando com os diretores, fomos falando que o policial não está ali para a função de inspetor ou para fazer a disciplina do aluno, mas para atender ocorrência policial. Não é por um bate-

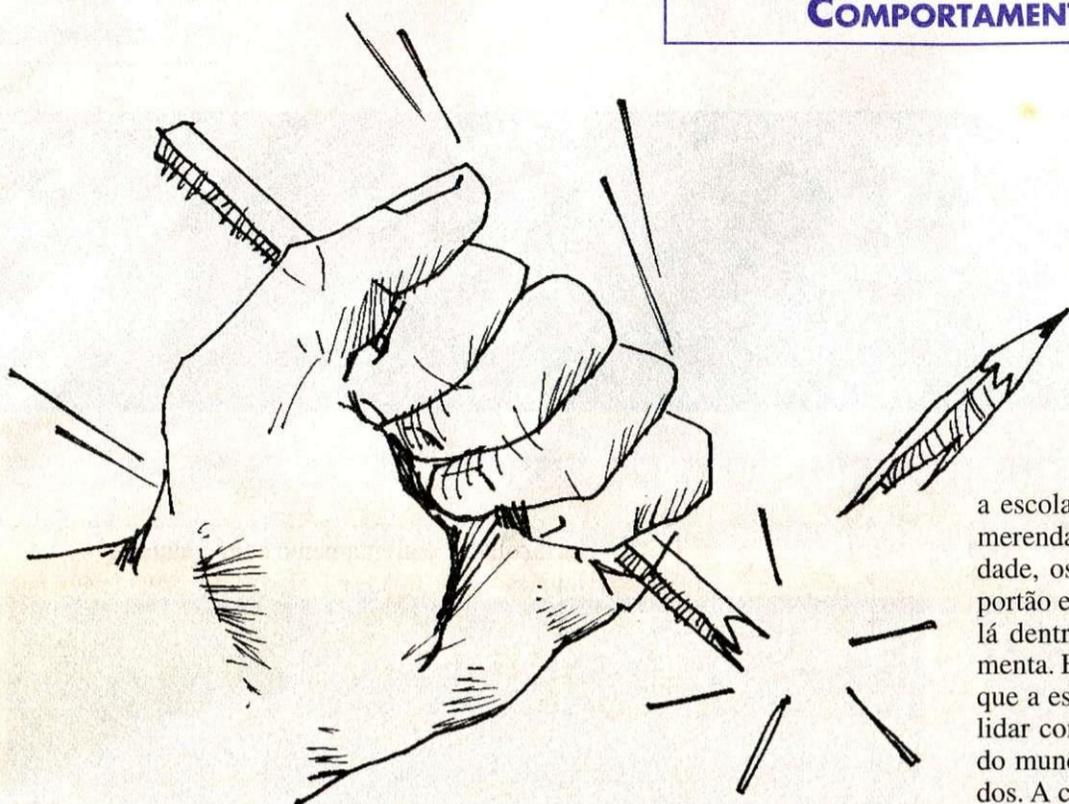
boca que vamos levar para a delegacia. Às vezes tínhamos que tirar alunos da sala de aula e levar para a diretoria, porque a professora não tinha condições psicológicas, ela também se descontrolava, não estava preparada para esse enfrentamento com o aluno”.

A essas alturas do campeonato, não há como negar, “alguma coisa está fora da ordem”. Como sempre acontece em situações-limite, o caminho mais sedutor é a responsabilização deste ou daquele setor pelas desgraças que acometem a educação brasileira. Os educadores, porque não sabem educar, os alunos, porque depredam o prédio escolar e a polícia, porque exerce a repressão que lhe exige a sociedade. No entanto, isso seria apenas repetir o mesmo vício de raciocínio que leva cada um dos setores a agir de maneira tal que, a longo prazo, em vez de solucionar, apenas agrava os problemas. Isso mesmo, agrava. Pelo menos esse foi o resultado colhido em experiências semelhantes a do Estado de São Paulo realizadas em outros países. Segundo informações de Teresita S. Amaral, ex-conselheira tutelar e de direitos da criança e do adolescente de São Paulo, no Japão, quando colocaram policiamento dentro da escola, houve aumento de violência. E, nos Estados Unidos, onde a polícia foi colocada fora dos prédios escolares, os educadores depuraram com a surpresa de que os adolescentes começavam a brigar entre si.

Tais informações, se não dão a solução do problema, dão elementos suficientes para que se questione sua abordagem. “Não é a contenção da violência que resolve o problema da violência. O que faz acabar com a violência é atingir suas causas estruturais”, diz Teresita, cutucando o velho vício humano de jogar a sujeira para debaixo do tapete. Vício esse, aliás, que cumpre dupla função. De um lado, mantém a casa com aparência de limpa e, através desse recurso, acaba por esconder não só a sujeira, mas também as possibilidades de se encontrar sua solução.

É por esse caminho que a formalidade do cumprimento das regras passa a ser mais importante do que a criação de condições reais para que o aluno possa participar do processo de educação. Esse é, por sinal, um dos costumes sempre citados quando o assunto é educação. “Uma criança que traba-

COMPORTAMENTO



lha, cuida dos irmãos, tem tarefas domésticas — que às vezes até se caracterizam como exploração de trabalho infantil — chega à escola um belo dia sem ter feito a lição. Se o professor a ridiculariza, a estigmatiza, a rotula como má aluna, ao invés de compreender a problemática que a envolve e à sua família, ele a está expulsando da escola. Essa criança, que pode até ter vontade de estudar, está sendo excluída. O que ela vai fazer? Ela vai agredir a escola”, exemplifica Teresita.

O mesmo raciocínio orienta a análise de outro especialista no assunto, Carlos Rodrigues Ladeia, professor de psicologia do escolar e problemas da aprendizagem da Unesp de Assis. “A violência não pode ser vista como um fato isolado, pois ela está presente em nossa sociedade, permeando todas as relações. Existem fatores internos e externos à escola, que devem ser analisados. Nossa estrutura social cria uma conjuntura muito favorável à violência e a escola produz exclusão”, opina. Para o psicólogo, qualquer que seja o contexto, no entanto, a maneira como a escola lida com os problemas surgidos em seu dia-a-dia é determinante para o incentivo ou controle da violência. Citando o fator econômico como um primeiro mecanismo de exclusão, o psicólogo lembra que há ainda a se considerar valores como o individualismo, a competitividade e o narcisismo, que hoje norteiam todas as relações. “Se a questão econômica faz suas vítimas entre as classes mais pobres, as distorções

das relações através de tais valores afetam todo e qualquer cidadão.” Ou seja, disso não escapam pobres ou ricos, professores, diretores, alunos, pais ou policiais. Completando seu raciocínio, ele menciona como exemplo um suposto aluno descontente e pontua: “Se a escola não sabe lidar com esse descontentamento, ele se transforma em revolta e esse estudante é um foco potencial de violência”.

A análise do professor pode ser ilustrada com fatos concretos. Segundo informações da capitã Márcia, por exemplo, grande parte dos atos de violência são cometidos por alunos, ou ex-alunos, como uma forma de retaliação à expulsão ou repreensão por parte dos professores. “A maioria dos atos de violência que encontramos quando chegamos à escola vinha de alunos ou ex-alunos que tinham sofrido alguma sanção na escola. E a maioria das escolas em que nós encontramos problemas de danos e depredações era da periferia, onde nem todas as crianças e adolescentes da comunidade tinham condição de estudar. Havia uma revolta daqueles que queriam estar dentro da escola e não podiam”, conta a policial.

Pelo lado dos educadores, as opiniões não diferem do que foi exposto. Localizando o problema no contexto social geral do país, e no caos do setor educacional em particular, o diretor da Udemo concorda que as depredações e outros atos de violência que os alunos cometem contra as escolas são realmente motivados pelo contexto social e pela desigualdade de oportunidades. “A escola responsabiliza a família por dar formação e bons modos aos filhos. A família, por sua vez, sem saber das reais condições que

a escola enfrenta, espera que ela dê merenda, que não haja greves. Na verdade, os pais deixam seus filhos no portão e desconhecem o que se passa lá dentro dos muros escolares”, lamenta. Ele, por outro lado, reconhece que a escola não está preparada para lidar com as crianças e adolescentes do mundo de hoje. “Estamos atrasados. A criança sabe o que quer muito mais cedo do que antigamente e continuamos com a mesma estrutura escolar de 20 anos atrás”, admite.

Outro fator agravante surge quanto entre em cena o profissional da psicologia. Aí, de acordo com os próprios especialistas no assunto, muitas vezes junta-se literalmente a fome com a vontade de comer. A instituição exige que o psicólogo atenda aquele aluno-problema e sugira soluções para o caso. E o profissional, muitas vezes despreparado desde a origem de sua formação, acaba se vendo diante de um dilema que também não ajuda em nada: cai na tentação de culpabilizar o aluno ou sente-se impotente para agir diante de quadro tão complexo. “A ação do psicólogo nesse contexto tem que estar voltada para as questões estruturais e para o que provocam no indivíduo. Tentar abordar a questão pelo lado clínico e individual é uma armadilha, porque o profissional acaba passando a imagem de incompetência”, diagnostica Ladeia.

Também para Teresita, não adianta esperar que a psicologia ajude a solucionar a violência apenas com medidas do tipo “curativas”. “O psicólogo tem que levar os responsáveis pela organização da escola a fazer uma leitura crítica. A tendência da escola é canalizar o problema individualizado para a criança. Em sua leitura, ela não leva em consideração que o problema pode estar fora da criança, vir da família, da relação com o professor, da própria relação da direção com os professores, ou seja, que há outras variáveis que envolvem a questão e não é a criança, em si, o problema. Em vez de se assumir a responsabilidade pelo processo estrutural e a criança ser a vítima desse processo, se inverte o problema, culpabilizando-a.”

VONTADE POLÍTICA

Queixas à parte, no entanto, não se pode dizer que não existam projetos por parte dos setores profissionais para solucionar a questão. Professores, diretores e psicólogos estão de acordo num ponto: não há como reduzir os índices de violência desconsiderando o contexto em que a escola está incluída. Nesse sentido, as opiniões convergem para a necessidade de que a escola seja, de fato, inserida na comunidade em que se localiza e que seu projeto seja não só o de cobrar a cartilha ou a tabuada dos alunos, mas o de servir à comunidade, que, em contrapartida, também deve se comprometer com a educação de seus filhos. Para o presidente da Udemo, por exemplo, essa é a única medida capaz de reverter o quadro atual. “Além de trazer os temas polêmicos para dentro da sala de aula, através da transversalidade dos currículos, precisamos discutir com a comunidade um projeto comum de escola, dividindo tarefas e marcando objetivos para alterar a realidade de hoje.”

Por seu turno, a psicóloga Teresita desabafa: “Só é necessário fazer repressão quando as coisas trabalham fora de diálogo. Se forem abertos canais de diálogo envolvendo pais, crianças, professores, diretores e se buscar soluções, a repressão não é a saída. O que realmente vai resolver é a apropriação da sociedade como responsável pela escola e a consciência de que a escola sozinha não trabalha sem a participação da comunidade. Agora, as causas estruturais têm que ser atendidas. Se uma Associação de Pais e Mestres que arrecada dinheiro para ajudar as crianças que têm poucas condições financeiras, em vez de aplicar a verba nisso, pinta o prédio, faz jardinagem, tarefas que deveriam ser cumpridas pelo Estado, o que acontece?”, indaga.

Mais uma vez, portanto, chega-se à mesma triste conclusão: falta vontade política das autoridades para agir de qualquer maneira que não seja a via simplista da repressão. Ou seja, a tarefa de educadores, pais, alunos e profissionais que atuam na área da educação é ainda maior do que pode parecer à primeira vista. Além de arregaçarem as mangas para trabalhar na execução de seus projetos, resistindo ao canto da sereia do descompromisso (que anda tão em voga), cabe ainda a eles envolver toda a sociedade num grande movimento de pressão sobre o poder público, fazendo-o assumir suas responsabilidades para com esse setor de direito essencial de todo e qualquer cidadão.

Fotos: Ike Bottega

A CAMINHO DA CO

Os debates transcorreram em clima de tranquilidade e os temas suscitados para alguns, no entanto, faltou discussão de conjuntura e redução

Os psicólogos de todo o Brasil reuniram-se, de 24 a 28 de junho, no Hotel Canto da Ilha, em Florianópolis, para a realização do III Congresso Nacional da Psicologia. O evento, que acontece a cada dois anos, contou com a participação de 164 delegados, além de observadores e convidados, perfazendo um total aproximado de 200 participantes. Os temas: “Globalização e repercussões na profissão: estratégias de ação”, “A psicologia e os movimentos estratégicos para intervenção da autarquia nas políticas públicas” e “A profissão de psicólogo e suas interfaces: diretrizes para a ação dos conselhos”, foram discutidos através de 277 teses resultantes dos congressos regionais. Como em eventos anteriores, os temas foram discutidos previamente em pequenos grupos e, após essa primeira rodada de debates, foram levados para plenária para deliberação final.

Como era esperado por delegados e pela categoria em geral, os debates transcorreram em clima de tranquilidade e os temas suscitaram discussões que, quase sempre, caminharam para o entendimento. Ao final do evento, a delegada Magda Flores, do CRP-08 (Paraná), fez uma síntese do que, se pode dizer, era uma opinião geral do plenário: “O temário

reflete o amadurecimento das discussões da categoria. Em momentos anteriores era necessário discutir questões mais diretamente ligadas à nossa organização. Mas o momento por que passamos aponta o caminho da construção social e as mudanças na qualidade da inserção do profissional da psicologia nas questões fundamentais do país”.

Tais mudanças foram verificadas nas discussões sobre as interfaces da psicologia. Tanto nos grupos temáticos, quanto no plenário, as discussões apontavam os avanços da categoria desde o último CNP, e o que se constatou foi uma mudança no centro das preocupações. “No II Congresso, há dois anos, surgiram teses que refletiam uma preocupação mais voltada para questões internas à profissão. Agora, as proposições refletem o cuidado com a necessidade de interação”, disse Maria Olímpia Chagas, representante do Paraná e que participou da discussão sobre interfaces. A psicóloga acredita que tal avanço tenha sido possibilitado pelo crescente reconhecimento do lugar do psicólogo nas várias instituições sociais.

Já Magda, que participou do grupo de debates sobre políticas públicas, considerou que a discussão, tanto nos grupos quanto na plenária, foi muito pro-



Mesa coordenadora do Congresso reuniu representantes de diversas regiões do país

veitosa por ter dado enfoque à necessidade de que o movimento dos psicólogos seja um foco de resistência à desinstitucionalização dos setores básicos e ao Estado mínimo. “Nossa categoria já incorporou definitivamente a necessidade de controle social sobre os atos do poder público”, ponderou.

Ela, no entanto, apontou como uma falha da organização do III Congresso não ter havido espaço para uma discussão aprofundada da conjuntura nacional. “A psicologia é uma das profissões que têm mais interfaces com outros ramos de conhecimento e precisamos balizar nossas discussões com análises que permitam superar uma visão segmentada da realidade. A desregulamentação das profissões, por exemplo, proposta pelo governo federal, vem para atender a demandas políticas e econômicas e precisamos estar atentos a isso em nossas propostas de ação”, disse a psicóloga.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Também para Célia Maria Mendonça Galvão, representante da região de Pernambuco (CRP-02), a discussão em seu grupo temático (Globalização) aconteceu com a tranquilidade prevista, assim como não falharam as previsões quanto às decisões do plenário,

que, através das teses, disse um sonoro não ao processo de globalização. Célia, que considerou ser este III Congresso um dos mais polêmicos do ponto de vista político, acredita que aí reside um ponto fundamental da importância desse tipo de evento para a categoria. “Os congressos são os fóruns de discussão política e de articulação dos profissionais em torno de propostas de ação e considero que temos que aumentar cada vez mais a participação dos psicólogos, para qualificar os debates.”

Citando como exemplo a redução do número de delegados que compõem o plenário do Congresso Nacional da Psicologia, ela disse: “Minha região praticamente não teve o número de delegados reduzido (passou de 11 para 10 delegados), mas várias regiões, como São Paulo, tiveram a delegação reduzida quase pela metade. Essa redução foi prejudicial e acredito que a decisão foi tomada como uma tentativa de se manter uma hegemonia no plenário. Se, em vez de diminuir, a Apaf tivesse aumentado as possibilidades de participação da categoria, acredito que poderíamos ter avançado mais nas questões fundamentais de nossa organização”.

Opinião semelhante foi defendida por Aparecida Maria de Souza Borges,



Nas plenárias, delegados decidiram ações para os conselhos nos próximos 2 anos

INSTRUÇÃO SOCIAL

com discussões que, quase sempre, caminharam para o entendimento. O número de delegados que compõem plenário prejudicou evento

da delegação de Minas Gerais (CRP-04). "Precisamos aprender a construir coletivamente. O Congresso, composto por psicólogos e não apenas por conselheiros, permite mais participação do que as reuniões da Apaf, composta apenas por representantes de conselhos regionais. A Apaf poderia avaliar o número de delegados de cada região, mas o Congresso é soberano para tomar decisões."

Em termos gerais, no entanto, para Aparecida, as discussões do Congresso permitiram que se verificasse que as posições autoritárias estão sendo desmontadas. A se considerar os números, ela tem razão. Embora a questão da redução do número de delegados do Congresso não tenha surgido como ponto específico de discussão, a maioria acabou por se manifestar a respeito, já que ao final do evento foi aprovada em votação a moção apresentada pelo CRP-06 em repúdio à decisão da Apaf de alterar a composição da plenária.

Além da falha de não ter havido uma discussão sobre a conjuntura nacional durante o Congresso, os participantes apontaram, também, como ponto fraco do evento a não realização de uma avaliação da atuação do Conselho Federal de Psicologia. Essa foi uma idéia colocada para o plenário, mas, após debate

em que foram defendidas propostas contrárias e favoráveis, ganharam os votos contrários. Na opinião de Cristina Amélia Luzio, conselheira-presidente do CRP-06, tal análise teria sido útil para qualificar cada vez mais as ações do Federal. "O Congresso é o momento mais oportuno para que se realize esse tipo de análise, que, aliás, deveria ser feito juntamente com uma análise da conjuntura nacional. Afinal, esse é o maior evento da categoria e reúne representantes de todos os Estados brasileiros, o que possibilita uma ampla visão de como tem sido o relacionamento com o Federal, além de permitir que se democratizem as discussões para os próximos passos da entidade."

ESTUDANTES FICAM EM SILÊNCIO

Uma novidade que surgiu no Congresso deste ano foi a participação de representantes de estudantes com direito a voz, tanto nos grupos temáticos quanto nas plenárias. Estavam presentes ao evento oito alunos indicados pelo Conselho Nacional de Entidades de Psicologia (Conep). Também estavam presentes dois alunos de universidades paulistas, convidados do CRP-06, acaando decisão do Congresso Regional da Sexta Região (mas, por se tratar de estudantes convidados por um Regio-



nal, independentemente da representação prevista pela organização do Congresso, estes não tinham direito a voz).

A representação discente, no entanto, preferiu manter-se em silêncio. Ao final do congresso, os estudantes solicitaram a palavra para ler uma carta aos delegados. No documento, esclareceram o plenário dos motivos por que se mantiveram calados durante todo o evento. De acordo com a carta aberta, embora os conselheiros do Conep tenham constatado a pertinência do temário do Congresso "... constatou-se também que os estudantes não se encontraram satisfatoriamente informados e preparados para as discussões. ...Essa dificuldade deveu-se ao fato de que a referida temática não foi propiciada nos fóruns de discussões e deliberações estudantis, assim como nas próprias universidades. ... Pelo exposto, deliberou-se no último Conep que a nossa participação no III CNP seria na condição de ouvintes, abdicando, assim, do direito de voz previsto no regimento do referido Congresso, capítulo VI § 3º".

Indagados a respeito, os estudantes preferiram não dar maiores esclarecimentos. Segundo informações de Daniel Gabarra, os estudantes esperavam ser previamente informados sobre as teses, con-

dição para que pudessem opinar sobre os temas que estavam sendo discutidos. "Acredito que houve uma falha na comunicação e não entendemos muito bem qual seria nosso papel no Congresso."

Entretanto, um dos presentes, que preferiu não se identificar, disse ao **Jornal do CRP** que alguns estudantes chegaram a questionar membros do CFP a respeito do fato de não terem sido enviadas as teses para as instâncias de representação estudantil, tendo ouvido como resposta que aquele era um congresso de delegados e que não era mesmo para as teses serem discutidas pelos alunos. Sobre a mesma questão, em um dos grupos temáticos, chegou-se a aprovar uma moção de repúdio contra a falta de abertura para participação, com direito a voz, de observadores e convidados.

Ao final do III Congresso Nacional da Psicologia, foram apresentadas as duas chapas que concorrem às eleições para o Conselho Federal de Psicologia, que se realizam no próximo dia 27 de agosto, Dia do Psicólogo, e realizado debate em que os candidatos mostraram suas propostas de ação para a entidade (veja programas das chapas para os conselhos Regional e Federal na **Encarte Especial** desta edição).



Reitor da Universidade de Havana, Fernando Gonzalez, faz palestra para delegados

COMEMORAÇÃO

Veja a programação para o Dia do Psicólogo e participe conosco de mais essa festa

SEDE

Data: 21/08/98
Programação: Coquetel - 2ª Mostra Cultural, Artística
Horário: 20h00
Local: Nova Sede - Rua Arruda Alvim, 89 - Pinheiros - SP
Tel.: (011) 574-7133

ASSIS

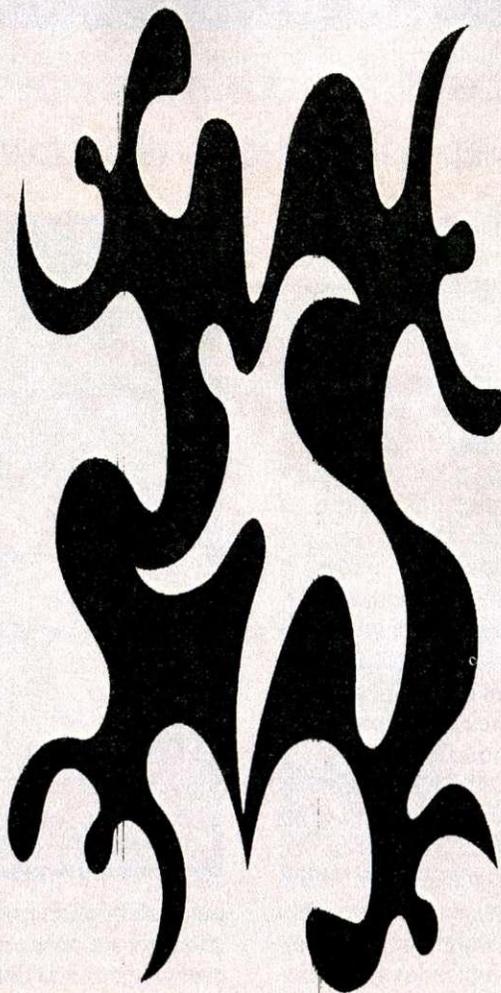
Data: 25/08/98
Programação: Coquetel - 2ª Mostra Cultural, Artística
Horário: 21h00
Local: Studio 48 - Rua Regente Feijó, 48 - Assis - SP
Tel.: (018) 322-6224

BAURU

Data: 20/08/98
Programação: Inauguração da Nova Subsede - Coquetel 2ª Mostra Cultural, Artística
Horário: 21h00
Local: Subsede: Rua Albino Tâmbara, 5-28 - Vl. Universitária - Bauru - SP - **Tel.:** (014) 223-3147
Obs.: Trabalhos deverão ser entregues até o dia 19/08/98
 Confirmar presença até 17/08/98

CAMPINAS

Data: 20/08/98
Programação: Coquetel - 2ª Mostra Cultural, Artística
Horário: 20h00
Local: Subsede: Rua Frei Manoel da Ressurreição, 1251 - Campinas - SP
Tel.: (019) 243-7877

**RIBEIRÃO PRETO**

Data: 20/08/98
Programação: Coquetel - 2ª Mostra Cultural, Artística
Horário: 19h30
Local: Subsede - Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168 - Jd. América
Tel.: (016) 620-1377

SANTO ANDRÉ

Data: 25/08/98
Programação: Coquetel - 2ª Mostra Cultural, Artística
Horário: 19h30
Local: a confirmar
Tel.: (011) 444-4000

SANTOS

Data: 26 a 30/08/98
Programação: 26/08 - Coquetel de abertura - 2ª Mostra Cultural, Artística
Horário: 19h00
Local: MIS - Museu da Imagem e do Som de Santos
 Av. Pinheiro Machado, 48 - Santos - SP
Tel.: (013) 235-2324

TAUBATÉ

Data: 20/08/98
Programação: Inauguração da Nova Subsede - Coquetel - 2ª Mostra Cultural, Artística
Horário: 19h00
Local: Rua Nancy Guisard, 25 - Centro - Taubaté - SP
Tel.: (012) 233-3867

PSICOLOGIA DO TRABALHO

Desigualdades no interior das empresas

Diversidade e igualdade no mundo do trabalho é o nome do projeto que vem sendo promovido pelo Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades (CEERT). O projeto, que teve seu primeiro evento no dia 30 de junho, pretende abordar as desigualdades no interior da empresa, focalizando o papel do profissional de recursos humanos.

Com a iniciativa, os organizadores pretendem discutir: a influência dos preconceitos e estereótipos nos processos de avaliação da força de trabalho para seleção, promoção, treinamento e demissão de pessoal; a ação e as

posições do movimento sindical, negro, de mulheres e do Estado, frente ao problema; as possibilidades oferecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro para implementação de políticas de promoção da igualdade e as experiências nacionais e estrangeiras bem sucedidas de implementação de políticas de estímulo à diversidade e promoção da igualdade de oportunidades e tratamento do trabalho.

O CRP-06, que vem acompanhando o projeto, realizará o evento de encerramento das atividades, que acontece em agosto. Veja ao lado como será o evento e participe!

Recursos Humanos: Saúde e Diversidade Cultural no Trabalho

TEMAS

- Contextualizando as ações dos profissionais de RH
- Diversidade, Globalização e Lucratividade
- Empregabilidade e Saúde

Data: 13/08/1998**Horário:** 19h30**Local:** Rua: Arruda Alvim, 89
São Paulo/ SP

Inscrições gratuitas pelo telefone: (011) 574-7133 - fax(011) 575-0857
 e-mail info@crpsp.org.br

Realização:

CRP/06 - Conselho Regional de Psicologia 6ª Região

Apoio: CEERT- Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdades
 DIESAT - Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Organização, o maior patrimônio

Os bens patrimoniais dos psicólogos cresceram aproximadamente 250% nos últimos três anos. Essa é a conclusão a que chegou a gestão **Psicologia em Ação**, após levantamento das compras de bens que foram realizadas nesse período. "Quando assumimos a gestão, encontramos o CRP em boas condições financeiras, pois a administração Psicologia e Cidadania já havia dado saltos significativos no sentido de sanear as finanças da entidade e aumentar o patrimônio. Realizamos mais algumas aquisições, e o patrimônio da categoria, que era da ordem de 760 milhões de reais, hoje é de aproximadamente 2 milhões", informou o conselheiro Sérgio Braghini, que ocupou a tesouraria do Conselho no último ano.

Braghini explicou, ainda, que esse crescimento financeiro foi atingido a partir da aquisição da nova sede do CRP e de casas para quase todas as subseções (ainda não foi adquirido imóvel para a subseção de Santo André). Todos os imóveis foram equipados com TV 20 polegadas, vídeo cassete, retroprojeto, mini centrais de PABX e microcomputadores (ligados em rede). "Na sede, também foi instalado um telão, para os eventos da categoria," disse o conselheiro. Além disso, as casas foram mobiliadas e dotadas de um moderno sistema de telefonia, para agilizar o atendimento ao público e a comunicação com a categoria.

Indagado dos motivos por que a gestão determinou priorizar tais gastos, Braghini esclareceu que todos esses investimentos foram decididos em assembleias gerais orçamentárias (realizadas ao final de cada ano), em que é feita uma prestação de contas das despesas realizadas e a previsão do exercício seguinte. "Os investimentos patrimoniais, na realidade, fazem parte da viabilização do projeto político de ampliar cada vez mais os espaços de organização da categoria. Nossa preocupação era que os recursos dos psicólogos re-

vertessem em benefícios reais para a categoria e isso implicava dotar tanto a sede quanto as subseções, de condições tais de funcionamento, que deixassem de ser apenas prédios que abrigam as questões burocráticas e administrativas da entidade, como acontecia tradicionalmente," explicou.

Faz parte desse projeto político,

abrem-se novas possibilidades de investimentos. "Isso permite, por um lado, recalculer o valor das anuidades (no ano passado, por exemplo, não houve aumento na contribuição) e, por outro, dar continuidade às discussões de diminuir as anuidades".

Outro compromisso assumido com os psicólogos era que o Con-

realizando em suas imediações.

O conselheiro informou também que, para a aquisição, tanto dos imóveis quanto dos bens móveis, foram realizados processos de tomadas de preços, com avaliação técnica de engenheiros (no caso dos imóveis) e licitação (para compra de equipamentos) assim como análise de documentação. Ou seja, foi feita uma avaliação entre custo e benefício para cada uma das medidas adotadas. E concluiu: "Estamos fechando nossa gestão com a tranquilidade de ter contribuído para os saltos qualitativos que vimos verificando no movimento de organização da categoria. Afinal, as gestões têm que pensar em termos de processo, já que têm um tempo delimitado para realizar ações, mas a entidade fica e ela é o maior patrimônio dos psicólogos".

"O fundamental é que os psicólogos se apropriem cada vez mais dos espaços que são seus. Isso já vem acontecendo em diversas ocasiões na nova sede e em todas as casas das subseções. Pudemos ampliar os eventos e a categoria tem estado sempre presente, utilizando as instalações e propondo novas ações"

por exemplo, que a entidade seja, cada vez mais, um espaço de referência para o psicólogo. Por isso a prioridade era que as casas oferecessem condições de realização de eventos de diversas naturezas como debates, grupos de estudos, lançamento de livros, comemorações etc. "O fundamental é que os psicólogos se apropriem cada vez mais desses espaços que são seus e isso já vem acontecendo em diversas ocasiões na nova sede e em todas as casas das subseções. Pudemos ampliar os eventos e a categoria tem estado sempre presente, utilizando as instalações e propondo novas ações", disse Braghini. Além disso, esclareceu o conselheiro, criando condições de estabilidade financeira para a cate-

selho buscasse formas de relacionamento com outras categorias profissionais. Com a melhoria das instalações o Conselho passou também a sediar não só os eventos da categoria, mas outras iniciativas importantes para a população, como as reuniões do Tribunal Permanente dos Povos, que vêm se

Informe Publicitário

O Instituto Sedes Sapientiae está com inscrições abertas desde o dia 15/06 para os cursos do 2º semestre de 1998 abaixo discriminados:

Especialização e aperfeiçoamento

- Clínica psicanalítica do envelhecimento
- Formação Reichiana
- Psicoterapia psicodinâmica da pré-adolescência e adolescência

Expansão cultural

- A psicanálise e a sociedade contemporânea
- Arte/educação do movimento
- Arte: ampliação do campo da consciência
- Conhecendo alguns aspectos das pessoas portadoras de deficiência
- Desenvolvimento do raciocínio clínico na prática terapêutica
- Eutonia: um caminho para a percepção corporal
- Filosofia
- Mitos: padrões arquetípicos da psique na prática junguiana
- Movimento expressivo e desenvolvimento do corpo
- Movimento harmônico e a integração do ser
- O brincar, o aprender e o ensinar: a relação pedagógica como espaço de construção criativa de conhecimentos
- Prevenção ao uso de drogas
- Psicopatologia e psicofarmacologia para psicólogos e profissionais afins
- Psicossomática: a experiência da homeopatia e da psicologia junguiana: uma visão integrada do ser humano
- Sexualidade em tempos de Aids

INFORMAÇÕES

Secretaria do Instituto Sedes Sapientiae
Rua Ministro Godoy, 1.484 - Perdizes - SP
Telefone: 3873-2314, ramal 33
home page: <http://www.ibase.org.br/~sedes>

Informe publicitário

DISQ FREUD

SP - (011) 815-3344 BIP 6R29
RJ - (021) 442-2430

PORTUGUÊS - 24 Vols. - Ed. Imago
à vista 420,00 - 4 X 115,00 - Atendemos vols. Avulsos
CASTELHANO - 25 vols. - Ed. Amorrortu
ESPAÑHOL - 3 vols. - Ed. Nueva
MELANIE KLEIN - OBRAS COMPLETAS
4 Vols - À vista 180,00 3 X 68,00

CGC 72.082.308/0001-34

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Cartilha orienta profissional

O CRP-06 lançou no dia 19 de junho, no evento de encerramento da campanha “Mão de Criança Não Pega no Pesado”, a cartilha “A criança e sua convenção no Brasil”, manual de orientação para profissionais que trabalham com a questão dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. O manual, que tem texto cedido pelo jurista e co-autor do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Edson Sêda, é uma contribuição do Conselho para a luta contra a exploração do trabalho infantil no país e, segundo Dayse Cesar Bernardi, coordenadora da Comissão Criança e Adolescente: prioridade absoluta “o CRP-06 pretende, com esse lançamento, recolocar a questão do trabalho infantil na perspectiva dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, contribuindo para a criação e o fortalecimento de fóruns permanentes de discussão, em que a sociedade possa efetivar redes de proteção e sistemas de garantias, coerentes com a doutrina de proteção integral”.

A cartilha, que marcou participação do CRP na Marcha Global Contra o

Fotos: Márcia Zoet



Acima, o jurista Edson Sêda autografa a cartilha lançada pelo CRP. À direita, crianças do coral do Núcleo Bexiga do Projeto Guri da Secretaria Estadual de Cultura, que se apresentou no evento “Mão de Criança Não Pega no Pesado”.

Trabalho Infantil, foi lançada em evento que contou com a participação de grande número de autoridades, profissionais de várias áreas de atuação e crianças. É o produto de trabalho que o autor desenvolveu junto a organismos internacionais como Unicef (Fundo das

Nações Unidas para a Infância) e Ilanud (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente - Proyecto Justicia Penal Juvenil Y Derechos Humanos), bem como a organizações governamentais e não

governamentais de diversos países.

Dividida em quatro partes, apresenta texto didático e prático para profissionais (psicólogos ou não) que trabalham com a infância e adolescência no Brasil. Explica de maneira clara o que é ser sujeito e cidadão, o que é ser vítima de acordo com os paradigmas criados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como agir com os vitimadores e como criar mecanismos de proteção integral.

A cartilha encontra-se na sede do CRP e está sendo distribuída gratuitamente para entidades e profissionais que trabalham pela garantia dos direitos da criança e do adolescente. Durante o evento foi produzido um vídeo que se encontra na sede do CRP à disposição dos interessados no tema.

Tudo pronto para São Paulo

Sessões regionais do Tribunal dos Povos fazem levantamento das questões mais graves de violação dos direitos de crianças e adolescentes e resultados apontam para problemas estruturais

Já está tudo preparado para a realização, de 27 a 31 de agosto deste ano, em São Paulo, da Sessão Internacional do Tribunal Permanente dos Povos. A informação é de Armando de Souza Amaral, assistente social e membro do grupo de organização do Tribunal no Brasil. Segundo Amaral, já estão confirmados os nomes dos promotores, advogados de defesa, jurados e depoentes que participarão da sessão. “O jurista Dalmo Dallari, que integra a direção do Tribunal Permanente dos Povos, presidirá a sessão e os jurados poderão fazer declaração de voto, o que tornará o julgamento mais rico”, informou o assistente social.

Amaral disse, ainda, que nas sessões já realizadas (Belo Horizonte, Manaus, Aracaju e Cuiabá) foi feito um levantamento das questões mais graves de violação dos direitos de crianças e adolescentes e a realidade que surgiu aponta para graves problemas estruturais. Em Manaus, foram apontados problemas

causados pelo desemprego, já que a Zona Franca, que antes mantinha em torno de 90 mil empregos, atualmente oferece apenas 30 mil. A política neoliberal foi apontada como uma das causadoras do desemprego. Na sentença, o juiz paulista Luiz Fernando Carmargo de Barros Vidal, integrante da Associação Juízes pela Democracia, apontou o descompromisso do Estado, da família e da sociedade brasileira em relação aos problemas das crianças e adolescentes.

Em Aracaju, a sessão foi realizada durante um dia inteiro, sob a presidência do juiz Edson Ulisses de Mello. O tema da sessão naquela região foi a exploração e abuso sexual contra crianças e adolescentes, e o promotor Paulo Lopo Saraiva (que estará presente na sessão final em São Paulo) acusou a sociedade, a família, o Estado os meios de comunicação de massa e a política econômica como responsáveis pelo descumprimento da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Já em Cuiabá o tema da sessão do Tribunal foi

a exploração da mão-de-obra infantil. Durante sua exposição, a advogada de acusação Lília Alves Ferreira apresentou como prova desse tipo de crime cometido contra crianças e adolescentes uma grande quantidade de recortes de jornais mostrando a infância escravizada em olarias, carvoarias, no cultivo do sisal e outros locais. A advogada, que também é presidente do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, mostrou aos jurados que a exploração da mão-de-obra infantil decorre da busca de ganhos ilegítimos e argumentou que uma das conseqüências da escravidão é a desvalorização do trabalho, fato comum no Brasil. Como sugestões de medidas para solucionar o problema foram apontados programas de renda mínima e iniciação profissional com ensino.

“Em todas as sessões, os dados recolhidos apontam para problemas estruturais e deixam clara a necessidade de um reordenamento institucional”, disse Amaral. Um dos graves

problemas apontados por ele para a realização de qualquer trabalho sério no Brasil que combata a violação dos direitos de crianças e adolescentes foi a falta de dados confiáveis. “Precisamos trabalhar na coleta de dados, com pesquisas que possam balizar medidas eficazes. Na verdade, o que está em julgamento é a falta de vontade política de solucionar as causas do problema e, nesse sentido, não há outra alternativa a não ser que as políticas públicas sejam voltadas para as questões estruturais como renda, escola, habitação etc.”, disse.

O Tribunal Permanente dos Povos é uma instância criada em 1979, na Itália, para apurar a violação dos direitos humanos em todo o mundo. Reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), suas conclusões, resoluções e sentenças chegam aos organismos internacionais e, além disso, são feitas publicações contendo os resultados. Têm, por isso, grande repercussão internacional.

DIRETRIZES CURRICULARES

A etapa final

Comissão de Especialistas da Sesu-MEC começa a estudar projetos enviados por cursos de psicologia. Segundo uma das participantes, a tarefa principal é conseguir respeitar consenso sobre educação básica mas, ao mesmo tempo, considerar diferenças próprias das regiões do país

A Comissão de Especialistas do MEC começou a analisar as propostas de diretrizes curriculares enviadas por instituições de ensino superior de todo o país, no dia 15 de julho. Até o final do mês de junho, já haviam chegado 25 propostas (formuladas por instituições agrupadas ou individualmente), vindas de várias regiões do país. Segundo Maria Ângela Feitosa, participante da comissão, "temos a impressão que a greve nas universidades federais prejudicou o fluxo de encaminhamento das propostas para o MEC". Até o fechamento desta edição do **Jornal do CRP** a expectativa dos membros da comissão era de que até o dia 15 de julho (data final para o recebimento de propostas) esse número dobrasse.

Maria Ângela informou que, embora ainda não tivessem iniciado as reuniões dos membros da comissão para analisar com profundidade as propostas recebidas (ela conversou com a reportagem do **Jornal do CRP** dias antes da data em que a comissão começou a se reunir), o que se podia verificar pelos projetos que já haviam chegado era a grande preocupação das universidades com uma formação básica abrangente e diversificada. Por outro lado,

até aquele momento, não haviam sido identificadas nos projetos análises de projeção para o futuro. "Até agora os documentos refletem preocupação com o presente, não recebemos nenhuma proposta que faça projeção de futuro profissional", disse.

Indagada sobre a preocupação das universidades, surgida durante todo o processo de discussão das diretrizes curriculares, de superar a tendência atual do ensino de psicologia voltado para a prática privada da profissão, Maria Ângela esclareceu que a Comissão de Especialistas, que vem realizando visitas em várias universidades privadas que solicitam autorização para abertura de novos cursos de psicologia, tem detectado essa tendência em tais instituições. "São instituições particulares e o que temos observado são projetos de cursos pouco ouvidos no que diz respeito às novas áreas de atuação do psicólogo."

Quanto à atual tendência de privatização do ensino superior no Brasil, também motivo de preocupação de professores, profissionais e estudantes, Maria Ângela disse que essa é a orientação clara esboçada em projetos do Banco Mundial e acatada pelo Conselho Nacional de



Educação (CNE). "Uma de nossas inquietações é que não está resguardada a preocupação de relacionar a produção do conhecimento com o ato de ensinar", disse ela. Além disso, Maria Ângela manifestou sua expectativa de que a Comissão de Especialistas do MEC consiga elaborar um projeto final de diretrizes curriculares que respeite o consenso sobre a necessidade do ensino generalista, respeitando, contudo, a liberdade das instituições e as diferenças regionais do país.

O prazo final para que a comissão encaminhe ao Conselho Nacional de Educação sua proposta de diretrizes curriculares para os cursos de psicologia é o dia 15 de agosto. "Vamos ter um mês para analisar as propostas enviadas pelas universidades. Após o dia 15 de agosto, enviaremos nosso projeto para aprovação do CNE, que manifestou interesse de que, na sequência das discussões, seja resguardado espaço para a criação de audiências públicas para tro-

cas de idéias sobre a concepção do profissional de psicologia." Até o fechamento desta edição, no entanto, o CNE não havia se pronunciado oficialmente nesse sentido. E as entidades de psicologia se mantêm articuladas para continuar pressionando o MEC no sentido de que o projeto final de diretrizes curriculares seja realista e reflita as conclusões de estudos e pesquisas que vêm sendo desenvolvidos há décadas: os cursos de psicologia devem atender à realidade social do país, estar voltados para uma formação generalista e humanista e favorecer a prática da psicologia em defesa do cidadão. Para isso, enviaram, para o Ministério, abaixo-assinado solicitando a aprovação do projeto elaborado com a participação de professores, estudantes e profissionais da área.

AGENDA

EPIDEMIOLOGIA

A Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) realiza, de 1º a 5 de agosto, no Riocentro - Centro de Convenções do Rio de Janeiro, o IV Congresso Brasileiro de Epidemiologia. Serão apresentados mais de 1.700 trabalhos, através de 57 painéis, 94 sessões de comunicações coordenadas e pôsteres organizados por áreas temáticas. Serão ainda apresentadas seis conferências, seis mesas-redondas e 15 palestras. Além do Brasil, também outros países latino-americanos, norte-americanos e europeus estarão participando através de instituições e profissionais de saúde pública. Maiores informações: JZ Congressos pelo tel. (021) 286-2846, fax (021) 537-9134 ou e-mail: mail@jz.com.br

MERCADO DE TRABALHO

"A Psicologia, o psicólogo e o mercado de trabalho" é o nome do curso que o sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo e o Instituto Sedes Sapientiae promovem, a partir de 14 de agosto. Destinado a psicólogos e alu-

nos do 5º ano de psicologia, o curso terá o seguinte conteúdo programático: "O capitalismo e as políticas neoliberais: o indivíduo do século XX e as possibilidades de intervenção do psicólogo"; "A psicologia e a psicologia no Brasil: desenvolvimento da ciência e da profissão"; "Das áreas tradicionais aos setores de atuação: saúde, educação, trabalho, justiça e outros" e "Organização política dos psicólogos". A carga horária será de 45 horas e serão oferecidas 40 vagas. O preço do curso será de R\$ 110,00 à vista ou R\$ 116,00 em duas parcelas de R\$58,00 e o Sindicato dos Psicólogos oferecerá 20 bolsas integrais a psicólogos sindicalizados e em dia com o pagamento da anuidade. Informações e inscrições pelo tel.: (011) 3873-2314.

EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI

O Departamento de Psicodrama do Instituto Sedes Sapientiae realiza, dias 21 e 22 de agosto, no Instituto, o II Encontro Educação para o Século XXI - Sexo, drogas e violência: alcances e limites do edu-

cador. Informações e inscrições na secretaria do Instituto, Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes - São Paulo, telefone (011) 3873-2314.

FORMAÇÃO EM PSICODRAMA

A Associação Brasileira de Psicodrama e Sociodrama (ABPS) está com inscrições abertas para a formação de novas turmas nos cursos de especialização em psicodrama aplicado e terapêutico. Inscrições e informações pelos tels. (011) 571-2602 ou 575-5994 ou pela internet: <http://www.abps.com.br>

PSICANÁLISE E GRUPO DE ESTUDOS

O Grupo de Estudos de Psicanálise de Ribeirão Preto realiza, de 18 a 20 de setembro, no Stream Palace Hotel (Rua General Osório, 850), o II Encontro do Grupo de Estudos de Psicanálise de Ribeirão Preto. O evento tratará do tema "Afetos: o sentir e o pensar - perspectivas". Maiores informações e inscrições na sede do grupo de estudos à rua Ayrton Roxo, 760.

Telefax: (016) 623-7585 ou pelo e-mail: geprp@convex.com.br

PERSONALIDADE E MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

O Centro de Estudos Psicodinâmicos de Santa Catarina (CEPSC) estará realizando, dias 25 e 26 de setembro deste ano, em Florianópolis, sua II Jornada. O evento terá como tema central as "Estruturas da personalidade e manejo de suas manifestações clínicas". Segundo os realizadores, a jornada pretende divulgar os trabalhos desenvolvidos pelo CEPSC, integrar os profissionais da psicodinâmica e psicobiologia e aprimorar científica e tecnicamente as atividades desenvolvidas entre 1997 e 1998. Maiores informações pelo tel. (048) 224-4444 ou pelo fax (048) 223-5961.

PSICODRAMA

A Federação Brasileira de Psicodrama (Febrap) realiza, de 4 a 7 de novembro, em Campos do Jordão, o 11º Congresso Brasileiro de Psicodrama e 4º Encontro Latino-Americano de Psicodrama. Informações e inscrições pelo telefone (017) 224-0597.

LIVROS

Mulher: feminino plural

Dulcinéia da Mara Ribeiro Monteiro

Ed.: Rosa dos Tempos

Encantada com a sabedoria da Távola Redonda, em que já se encontrava a enigmática pergunta: "O que realmente quer a mulher?", a autora procura desvendar essa questão ao longo do texto com a concisão de linguagem e riqueza de informações, contendo também ilustrações com desenhos, sonhos e letras de músicas do repertório popular. A própria condição de ser mulher e sua experiência clínica em contato com o recôndito da alma feminina só fez confirmar o quanto há de soterrado em cada uma de nós.

O livro começa delineando as diferenças entre o masculino e o feminino e como tais dinâmicas psíquicas se manifestam nas mulheres e nos homens. Adentrando pela psicanálise, o livro reúne as concepções sobre a mulher de três grandes pensadores da psique humana: Freud, Lacan e Jung. Segundo a autora, em Freud vamos encontrar a concepção da mulher como um "ser castrado", que se estrutura psiquicamente na inveja do pênis, com todas as conseqüências daí advindas. Em Lacan, vemos que "a mulher não há", pois não há a inscrição inconsciente do ser mulher. Em Jung, com sua noção da complementariedade psíquica, encontramos uma concepção em que a contraparte sexual mais inconsciente "animus/anima" amplia possibilidades de ser.

Finalmente é realizado um levantamento de opinião baseado na lenda do Rei Artur, em que, através da questão: "O que realmente quer a mulher?", a autora buscou atualizar, como hoje, as mulheres estão respondendo a essa questão.

A máscara e o rosto da instituição especializada

Maria Eloísa Famá D'Antino

Memnon - edições científicas

formato: 14X21 cm - 146 páginas

R\$ 25,00 - ISBN 85-85462-17-5

Fruto de ampla vivência profissional e profundos estudos da autora, a pedagoga Maria Eloísa Famá D'Antino, junto a instituições educacionais de caráter assistencial-filantrópico voltadas para o atendimento de

educandos com deficiência mental e/ou múltipla, *A máscara e o rosto da instituição especializada* propõe a busca da compreensão das relações entre pais-dirigentes, clientes e técnico-agentes e das suas conseqüências na ação técnico-pedagógica institucional.

Toda a reflexão contida no livro está apoiada na grande intersecção da pedagogia, psicologia e sociologia, onde as imagens de máscara e rosto refletem as dimensões histórica, econômica e técnico-pedagógica dessas associações, presentes no sentir, pensar e agir dos agentes institucionais.

A obra aponta que um dos caminhos para que haja competência, produtividade e eficácia nos objetivos a que essas associações se propõem seja aquele remetido aos próprios agentes institucionais, que, explicitando seus conflitos, ambigüidades e contradições, poderão superar as antigas concepções sobre instituições filantrópicas e tomar-se efetivamente membros de uma equipe com metas comuns a serem atingidas com sucesso.

Uma creche em busca da inclusão

Mina Regen e col.

Memnon - edições científicas

formato: 14X21 cm - 93 páginas

R\$ 15,00 - ISBN 85-85462-20-5

A compreensão e o respeito às diferenças, a integração social da pessoa com deficiência e a inclusão escolar de crianças com necessidades educativas especiais serão realidades naturais eficazes apenas no momento em que fizerem parte de uma cultura bem estabelecida na comunidade. E como todo processo socio cultural, sua evolução efetiva é íntegra se iniciada nos primórdios da vida: no lar, nas creches e nos bancos pré-escolares.

A experiência de transformação de uma creche especializada no atendimento de crianças com deficiência em uma creche inclusiva permitiu à assistente social Mina Regen e suas colaboradoras relatarem resistências iniciais, dúvidas e conflitos surgidos durante o processo, bem como alegrias com os resultados obtidos, e esse conjunto de relatos resultou em valioso modelo de como transformar cultura social em benefício de toda a comunidade.

Embora cada experiência contenha peculiaridades próprias, especialmente em processos de transformação e mudança de atitude, este livro mostra com admirável clareza que ambientes inclusivos podem ser sim a maneira mais eficaz de se atingir uma educação de qualidade para todos, formando-se seres humanos e cidadãos mais conscientes e capazes de lidar naturalmente com as diferenças.

Sem dúvida, é um livro destinado especialmente a profissionais educadores que pretendem implementar, de alguma forma, o processo inclusivo. Deveria, contudo, ser lido e conhecido por todo e qualquer membro da comunidade que tenha o desejo de ajudar a melhorar a sociedade em que vivemos.

Aprendendo sobre a deficiência mental: um programa para crianças

Solange Leme Ferreira

Memnon - edições científicas

formato: 16X23 cm - 138 páginas

R\$ 28,00 - ISBN 85-85462-16-7

Educadores, profissionais da área da saúde, famílias e simpatizantes da escola para todos já contam com instrumento valioso para a criação da consciência inclusiva, especialmente ao que se refere à inclusão de crianças com deficiência mental.

Aprendendo sobre a deficiência mental retrata um programa desenvolvido pela psicóloga Solange Leme Ferreira para o preparo de crianças e professores da escola regular, visando à sua convivência integrada com os novos companheiros com necessidades educativas especiais.

Trata-se, portanto, de uma proposta bastante prática que poderá ser desenvolvida e continuamente aperfeiçoada por qualquer educador que se disponha a aceitar o prazeroso desafio de realizá-la a partir de recursos bastante simples de fácil aquisição e confecção.

O livro fornece, a princípio, informações importantes sobre a deficiência mental e sobre a concepção, condutas e sentimentos da criança sem deficiência em relação à criança deficiente. A seguir, apresenta a proposta propriamente dita, que engloba quatorze encontros, cada um com

temática específica e indicação de apoios e estratégias a serem utilizados.

Somos todos iguais?

Itamar Marcondes Farah e

Nancy Costa Pagnanelli

Memnon - edições científicas

formato: 21X28 cm - 62 páginas

R\$ 20,00 - ISBN 85-85462-18-3

Somos todos iguais? É um livro infantil com o qual a criança interage com seus personagens, pintando, desenhando e contando histórias a partir de situações que refletem as mais básicas, embora profundas, questões cotidianas, cujo entendimento e interiorização tornam possível para a criança alcançar plena cidadania, enquanto ser social e as mais importantes noções de dignidade e respeito, enquanto ser humano.

O livro foi desenvolvido pelas psicólogas Itamar Marcondes Farah e Nancy Costa Pagnanelli, profissionais envolvidas com a integração escolar e social da criança com deficiência, para servir de recurso tanto para situações educacionais, especialmente com auxílio para o professor que atua em classes inclusivas que acolhem crianças com deficiência, como para situações clínico-terapêuticas.

Além de sua utilização em ambientes educacionais e terapêuticos, o livro tem uma característica bastante inovadora e essencial: serve como amparo e orientação para que famílias que tenham crianças com deficiência entre filhos, sobrinhos e amigos não deficientes possam, naturalmente, entender e ensinar sobre as diferenças, realizando, assim, o processo de integração da criança deficiente a uma realidade inevitável tanto para a própria criança deficiente como para as não deficientes.

Disponível na versão para intermediador (professores, pais e terapeutas) contendo estratégias e atividades lúdicas, e na versão para a criança. (site <http://www.inclusao.com.br>)

Arte e Loucura - Arthur Bispo do Rosário

Jorge Anthonio e Silva

Ed. Educ - R\$ 20,00

O que é possível na produção plástica quando a loucura e a arte se tangenciam? Pode o indivíduo paradoxal, tomado pela dissociação mental, produzir representações sensíveis para que o universo da lógica as signifique como objetos de arte? O tema já tratado pela psiquiatria e pela filosofia da arte tem, neste livro, um tratamento diferenciado. *Arte e Loucura - Arthur Bispo do Rosário*, de Jorge Anthonio e Silva, é uma reflexão sobre essas e outras questões que procuram desvendar na loucura a lógica do processo criativo. Bispo, artista internacionalmente conhecido, viveu 51 anos recluso na Colônia Juliano Moreira, em Jacarepaguá (RJ). Lá desenvolveu uma extensa e intrigante obra tridimensional que, pela primeira vez, recebe uma análise multidisciplinar. Considerando os eventos marcantes na vida do artista, o autor traça um roteiro sensível que examina a gênese criativa, recuperando nela traços que a caracterizam como arte moderna. Desvenda na obra do esquizofrênico paranóide Arthur Bispo do Rosário aquilo que a caracteriza como uma das mais instigantes produções plásticas da contemporaneidade no Brasil.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PRÉ-ESCOLA TERAPÊUTICA LUGAR DE VIDA****CURSOS PARA O 2º SEMESTRE DE 1998****Contribuições da psicanálise para o entendimento da indisciplina no contexto escolar - módulo II**

- Destinado a professores, psicólogos e psicopedagogos
- Duração: 2 meses - de 07/10/98 a 25/11/98
- Horário: Quartas-feiras, das 18:30 às 20:30
- Inscrição: isento de taxa - mensalidade: R\$ 35,00

A transferência e a interpretação na psicanálise com crianças

- Destinado a médicos, psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais
- Duração: 2 meses - de 11/08/98 a 29/09/98
- Horário: Terças-feiras, das 19:30 às 21:30
- Inscrição: R\$ 35,00 - mensalidades: R\$ 65,00

O trabalho interdisciplinar no tratamento de crianças e adolescentes com distúrbios globais do desenvolvimento (autismo, psicoses e outras patologias graves)

Fundamentos teóricos do trabalho com transtornos graves da infância orientado pela psicanálise, discussões clínicas sobre um problema institucional ou sobre um caso clínico para ser discutido por um grupo interdisciplinar.

- Destinado a equipes multidisciplinares e profissionais de saúde mental.
- Duração: 4 meses - de 13/08/98 a 26/11/98
- Horário: Quintas-feiras, das 19:30 às 21:30
- Inscrição: R\$ 35,00 - mensalidade: R\$ 80,00 (desconto de 20% para equipes de instituições com mais de 5 pessoas)

INFORMAÇÕES/INSCRIÇÕES: FONES 818-4272 OU 818-4386, PELO FAX 818-4475
OU PELO PAGER: 253-4545 CÓDIGO: 105238 (COM MARIA CRISTINA KUPFER)

Descaso, irresponsabilidade, omissão

CRISTINA AMÉLIA LUZIO*

A imprensa tem abordado com muita frequência fatos que explicitam a vulnerabilidade das condições de vida dos brasileiros. Entre outros, temos a seca e a fome que assolam a região do Nordeste e o decorrente aumento dos distúrbios mentais naquela população; o desmantelamento do SUS: a desassistência à saúde, a falta de medicamentos e, por último, a falsificação de remédios.

Essas situações constituem vários retratos da grave crise social e política do Brasil. Todas elas estão sendo tratadas com o mesmo descaso, irresponsabilidade e omissão de sempre. Observamos uma grande publicidade dos fatos, a insensibilidade dos poderes públicos, a comoção momentânea da população e de tutela.

No que se refere à miséria do Nordeste constatamos a solidariedade à comunidade nordestina por intermédio de doações de alimentos e outros bens materiais. Essa atitude, sem dúvida, é importante. Pode ser um sinal de que não perdemos ainda totalmente a sensibilidade com o sofrimento do ser humano. No entanto, ela não rompe com a condição de perecimento e desproteção da vida humana.

Além da caridade de seus semelhantes os "filhos da miséria" também têm recebido um tratamento cínico dos poderes públicos. Nem mesmo as soluções "eleitoreiras" do governo, como a criação de frentes de trabalho, são de fato implantadas.

Quanto à ocorrência de distúrbios mentais, que vêm aumentando naquela população, a solução proposta pelo hospital psiquiátrico da região é o aumento dos leitos de internações. Com certeza pode parecer para muitos que essa é uma forma humana de abordar o problema. Afinal para os famintos deve-se doar alimentos, para os doentes deve-se dar tratamento. No caso de doentes mentais esse tratamento deve ser a internação psiquiátrica. No entanto, ambas as soluções reafirmam o lugar marginalizado dessas pessoas, isto é, mantêm a vulnerabilidade do corpo, o esmagamento da potência de

vida do ser humano e a desqualificação social dos indivíduos.

A falta de recursos financeiros para resolver a situação de miséria é a todo momento colocada pelos burocratas de plantão como um obstáculo intransponível. O alto custo com falsas soluções (internação) é de R\$ 600,00 (seiscentos reais) ao mês e a ineficácia desse procedimento já está mais do que comprovada. Nesse sentido, a II Conferência Nacional da Saúde Mental realizada em 1993 adotou como marcos conceituais a Atenção Integral e Cidadania, fundamentados no direito ao tratamento e na organização de uma rede integral à saúde. O processo saúde/doença, sendo fundamental a vinculação do conceito de saúde ao exercício da cidadania, respeitando-se as diferenças e as diversidades. Para tanto é preciso:

- pensar a pessoa com transtornos mentais em sua existência-sofrimento, e não apenas a partir de seu diagnóstico;
- diversificar os modelos e formas de atuação para além daqueles propostos pelas profissões clássicas em saúde mental;
- uma ética da autonomia e singularização que rompa com as subjetividades proscritas e prescritas produzidas, nos últimos séculos, pelos mecanismos institucionais e técnicos, tão bem representados pelo aparato manicomial.

Ainda na saúde, a desassistência aos usuários do SUS é cada vez maior. A cena de uma mulher tendo seu filho na calçada é outra situação paradigmática. Nesse episódio apareceu destacada a conduta do profissional que estava de plantão, além da fragilidade do sistema público de saúde na área hospitalar. A proposta dos poderes públicos para resolver os problemas desse setor é a criação das "organizações sociais". Estas seriam parceiros do Estado para gerenciar os hospitais. No entanto, tais organizações são

regidas, agora sob o manto neoliberal, pelos mesmos princípios estatutários das entidades filantrópicas, que funcionam sob a lógica privatista em que o lucro fica embutido na função social assistencialista da instituição.

O poder público fica responsável apenas pela fiscalização formal das referidas organizações sociais. Por outro lado, os trabalhadores da saúde, entidades representativas da sociedade civil e, principalmente, os movimentos sociais são alijados como atores sociais na consolidação do SUS e no exercício do direito constitucional: saúde é direito de todos e dever do Estado. Com isso, ficam reduzidos os espaços de partici-

**organização coletiva,
mostradas como
raiva, crime e
distúrbio mental**

participação popular, existe também o desmonte dos mecanismos de participação popular, a desarticulação dos espaços coletivos de produção das políticas públicas.

A falta de medicação nas unidades de saúde de muitos municípios é mais um fato que confirma o caos que predomina na saúde pública, bem como a necessidade dos poderes públicos e outros segmentos sociais mostrarem uma vez mais pela mídia que o SUS é inviável.

Porém, as denúncias de falsificação de medicamentos, veiculadas na últimas semanas, são um acontecimento que se sobrepõe a todos os outros. Diante das notícias temos a impressão de que esse fato é inusitado, novo, e não algo que vem acontecendo há muito tempo, senão com a convivência, pelo menos com a omissão dos órgãos governamentais.

A ação da vigilância sanitária sempre foi precária, tímida, muito menos por incompetência dos profissionais que lá atuam, e sim por falta de empenho político, notadamente no que se refere à fiscalização e ao controle das medicações, se comparados ao poder das indústrias farmacêuticas.

Assistimos apenas à divulgação das

denúncias, às defesas dos laboratórios e ao chamamento para que os usuários, individualmente, façam a fiscalização das medicações que usam. Não constatamos nenhuma ação eficaz no combate a esta "nova" modalidade de quadrilha.

As soluções para esses problemas são cada vez mais norteadas pela ética do capitalismo neoliberal, que cultua o individualismo e conduz o homem ao isolamento. Analisando esses fatos, percebemos novas faces da prática da exclusão social, onde não há lugar para os "sem", inclusive os sem-saúde.

Outras soluções de ordem macro-estrutural que produzam vida e emancipem até mesmo como ação de criminosos, como ficou evidente a condenação de José Rainha Jr. e Diolinda como formadores de quadrilha.

É preciso tratar a doença do Brasil, mas não a indignação e a organização coletiva, mostradas como raiva e crime e, portanto, como distúrbio mental, coisa do demônio ou de bandido, mas sim a incapacidade de reação, de luta, de reconstruir ideais coletivos que rompam com o individualismo, com a solidão, com o desencanto e com o sentimento de impotência que nos paralisam.

*Cristina Amélia Luzio é conselheira-presidente do CRP-06 e professora da Unesp de Assis

ERRAMOS

Na edição passada do **Jornal do CRP**, na matéria "Bauru Fecha Classes Especiais", publicada à página 15, há uma informação incorreta. No primeiro parágrafo, onde se lê "... estão comemorando um empreendimento de sucesso: o fechamento de sete classes especiais e a crescente aceitação...", a informação correta é: "... estão comemorando um empreendimento de sucesso: a integração dos alunos de seis classes especiais em salas regulares e a crescente aceitação..."

ORIENTAÇÃO

Denunciar é preciso

Consultas ao Centro de Orientação revelam que psicólogo ainda tem dúvidas sobre como agir quando atende casos de crianças vítimas de violência

Psicólogos que trabalham tanto na clínica privada quanto em instituições públicas têm procurado o Centro de Orientação do CRP para esclarecer dúvidas sobre como agir quando atendem casos de crianças vítimas de violência. A questão não é simples e não existe “receita de bolo” para enfrentá-la. Porém, é possível seguir alguns parâmetros para nortear a ação profissional do psicólogo. Segundo orientações de Arlete Salgueiro Scodelario, do Núcleo de Referência às Vítimas de Violência do Instituto Sedes Sapientiae, o profissional que atende crianças e adolescentes deve seguir o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente. “O Estatuto, em seus artigos 4º e 5º, compromete toda a sociedade quanto à proteção da criança e do adolescente e estabelece que os cidadãos menores de 18 anos não podem ser objeto de violência. Portanto, não denunciar a violência é omissão.”

É aí que surge a questão: como e quando fazê-lo? Uma primeira orientação para a ação do profissional é que ele não deve trabalhar sozinho, mas buscar o apoio de uma equipe multiprofissional. Caso trabalhe em instituição que não dispo-

na deste tipo de equipe, é necessário colocar essa necessidade como condição para o atendimento. Da mesma forma, o psicólogo deve buscar formação específica para esse tipo de trabalho. “As faculdades não dão essa formação, mas o trabalho exige conhecimentos para lidar com as situações que surgem aí”, explica Arlete.

É preciso, também, estar atento às sutilezas do exercício profissional da psicologia para fazer a intervenção no momento certo e da forma mais segura possível. A denúncia pura e simples pode colocar a criança em risco maior ainda. “O profissional tem que se inteirar do máximo de detalhes do caso, verificar se há riscos da criança ser revitimizada após a denúncia e quais as condições de enfrentamento para tal risco.”

Geralmente a criança vitimizada tem medo de fazer a denúncia. Um dos fatores que o psicólogo não pode deixar de observar é se há risco de vida. Nesse caso, é necessário fazer a denúncia imediatamente. Isso não significa quebra de sigilo. Muitas vezes a criança não fala que está sendo vítima de violência, mas há sinais evidentes que devem ser apontados para as autoridades.

Além disso, é necessário o de-

envolvimento de trabalho psicológico com a criança para que se fortaleça e crie condições de fazer a denúncia. Nos casos em que existir condições, o psicólogo deve buscar parcerias no grupo familiar. Nesse sentido, a psicóloga lembra a importância de que seja também desenvolvido trabalho psicológico com o adulto agressor. “Mesmo após a denúncia, às vezes a agressão continua. Depois que o trabalho psicológico começa a se desenvolver geralmente o agressor se sensibiliza”, disse Arlete. O profissional que estiver atendendo a vítima, contudo, não deve fazer o atendimento ao agressor (a não ser que esteja fazendo atendimento familiar), sob o risco de configurar o duplo vínculo. O trabalho em grupo permite que o profissional faça esse tipo de encaminhamento.

Em qualquer caso, no entanto, a ação do psicólogo não pode e não deve parar na denúncia. É necessário fazer um acompanhamento do caso depois de feita a denúncia, para verificação das medidas que foram tomadas pelas autoridades competentes e se o risco para o paciente está “resolvido”. Por exemplo: quem deve ser afastado do convívio familiar não é a criança, mas o agressor. Também faz parte do tra-

balho do psicólogo preservar esse direito, previsto no Título II, Capítulo II do ECA. As instâncias que recebem as denúncias são os conselhos tutelares da infância e da juventude, as varas da infância e da juventude e as entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente. De acordo com os Artigos 101 (incisos 1 a 7) e 129 (incisos 1 a 7) do ECA, os conselhos tutelares devem adotar medidas de proteção e têm, inclusive, o poder de dar advertência aos pais.

“Além da denúncia, é necessário que o profissional desenvolva trabalho preventivo, pois está comprovado que criança vítima de violência tende a reproduzir esse comportamento quando adulta. Por isso é tão importante desenvolver trabalho com a criança, para que crie condições de simbolizar suas vivências e desenvolver formas positivas de externalizar a agressividade”, finalizou Arlete.

Informe publicitário

PSICOTERAPIA BREVE

CURSOS: ADULTO E INFANTIL (Módulos anuais 4h semanais)
Teoria/Supervisão/Atendimento

Inscrições até 31/07/98

NEPPB
Núcleo de Estudos e Pesquisa em Psicoterapia Breve

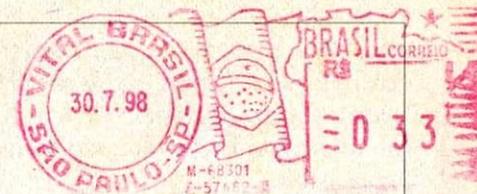
Rua Timburibá, 118
V. Mariana - SP
Metrô Sta. Cruz

INFORMAÇÕES 571-3341

JORNAL DO
CRP
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
6ª REGIÃO

Rua Borges Lagoa, 74
Fone: (011) 574-7133
Fax: (011) 575-0857
CEP: 04038-004 - São Paulo - SP
E-mail: info@crpsp.com.org.br

IMPRESSO



FORTALECER A PSICOLOGIA

A grave crise política, econômica, institucional e moral tem gerado, na maioria dos brasileiros, frustração pessoal, depressão, insegurança profissional e falta de perspectiva de futuro. A estabilidade da moeda está sendo mantida à custa da estagnação econômica, do crescimento da miséria e das desigualdades sociais, da concentração de renda, do arrocho salarial, do aumento do desemprego, da exclusão social, do sucateamento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte e habitação. Contra toda esta condição adversa, o **CRP** tem a responsabilidade e o dever de aglutinar os psicólogos, visando **fortalecer** e dignificar a profissão, sem desvincular os problemas profissionais específicos daqueles que afligem a maioria dos brasileiros, e mantendo a perspectiva de construção de uma sociedade democrática.



Chapa 1

O QUE FORTALECE ?

1. Intervir na formulação de uma política nacional da Psicologia articuladamente com outros Conselhos Regionais, visando a valorização social da profissão e a ampliação do campo de atuação do psicólogo.

2. Integrar ações do CRP-06 com outras entidades da Psicologia e de outras categorias profissionais, para a implantação de políticas sociais de saúde, trabalho, educação, direitos humanos, infância e adolescência, drogas, prevenção, sexualidade, AIDS, e outras.

3. Transformar as atuais Subsedes em Sedes Regionais Estaduais, criando mecanismos de maior participação dos psicólogos, para contemplar as diferenças das micro regiões, e descentralizar as decisões.

4. Fazer do CRP-06 um centro difusor de conhecimentos atualizados da Psicologia por meio de: encontros, debates, INTERNET, criação de uma revista científica e de outras publicações.

5. Rever os procedimentos legais dos pro-

cessos éticos tornando-os mais ágeis e eliminando o pensamento burocrático e corporativo.

6. Aperfeiçoar o Centro de Orientação do CRP-06, direcionando-o para o melhor atendimento ao profissional e à sociedade.

7. Promover debates, encontros, seminários e congressos científicos que possibilitem a reflexão sobre os aspectos éticos e técnicos da Psicologia frente às questões contemporâneas da sociedade.

8. Defender a ampliação e a participação dos psicólogos nos Congressos Regionais e Nacional da Psicologia tornando-os massivos e representativos.

9. Integrar ações do CRP-06 com os cursos de Psicologia, buscando melhorias na formação de psicólogos.

10. Fazer oposição organizada à desregulamentação do trabalho e das profissões, à privatização da previdência social e à dilapidação do patrimônio público

NA CLÍNICA

- Promover discussões sobre o exercício profissional e desenvolver projetos específicos com os psicólogos autônomos, em conjunto com outras entidades;
- Incentivar as novas modalidades de atendimento psicoterápico tais como: nas ruas, domiciliar, hospitalar e psicoterapia familiar;
- Defender a ampliação dos serviços psicológicos nas redes de convênios e seguros-saúde;
- Lutar pela ampliação do trabalho do psicólogo no atendimento a pessoas com necessidades especiais.

NA SAÚDE

- Defender a ampliação dos serviços psicológicos nas redes de saúde, nas equipes multiprofissionais e nas de planejamento de políticas públicas;
- Avançar na luta pelo reconhecimento do atestado psicológico;
- Garantir a participação dos psicólogos nos comitês de ética em pesquisa;
- Fortalecer a atenção em saúde mental nos termos propostos pelos movimentos antimanicomiais;
- Defender políticas públicas qualificadas de atenção integral à saúde mental.

NA EDUCAÇÃO

- Lutar pela regulamentação da psicologia na educação, visando a criação de cargos de psicólogos nas redes públicas;
- Lutar pela reinserção da psicologia no segundo grau;
- Promover o fortalecimento da participação da psicologia na formação de professores;
- Lutar pela implementação dos programas apontados pelo ECA no sistema educacional como: educação sexual, prevenção ao uso problemático de drogas e DST/Aids e orientação vocacional;
- Avançar na luta pela defesa da educação pública gratuita e de qualidade em todos os níveis;
- Buscar garantir igualdade de acesso e permanência no sistema regular de ensino a todas as crianças e adolescentes;

- Lutar contra qualquer tipo de discriminação no acesso e usufruto de oportunidades educacionais;
- Combater a patologização no sistema educacional, visando a mudança do enfoque dos problemas educacionais do indivíduo para o sistema;
- Rediscutir o papel da avaliação psicológica e da educação especial;
- Lutar contra a regulamentação da psicopedagogia como profissão, reafirmando a psicologia e a pedagogia como profissões do campo educacional.

NO TRABALHO

- Promover a integração dos profissionais que atuam em recursos humanos, saúde do trabalhador, esporte, marketing etc., para buscar formas de intervenção do profissional da psicologia nas relações de trabalho, que garantam o bem-estar e a qualidade de vida do trabalhador;
- Buscar alternativas para os atuais problemas do mundo do trabalho tais como: desemprego, sub-emprego, stress e suas conseqüências.

NO TRÂNSITO

- Estimular a discussão sobre a psicologia do trânsito, visando a ampliação do campo de atuação do psicólogo;
- Participar das discussões sobre avaliação psicológica para a CNH com o Detran/SP e APPSITRAN, visando sua reformulação e enfocando as questões éticas envolvidas;
- Estimular o debate sobre o trânsito entre os vários setores da sociedade e profissões afins, procurando implementar práticas que atendam a necessidade de criação de um sistema de trânsito mais saudável;
- Lutar por uma avaliação psicológica técnica e eticamente melhor qualificada para obtenção da carteira nacional de habilitação.

NO JUDICIÁRIO

- Construir, em conjunto com profissionais da área, parâmetros e princípios para orientar os procedimentos para avaliação psicológica;
- Promover encontros, debates e seminários sobre o cotidiano profissional dos trabalhado-

QUEM FORTALECE:

EFETIVOS

- Andréa R. S. Poppe - Saúde Pública - Santos
 Celi D. Cavallari - Clínica e institucional - São Paulo
 Célia Marcondes Marques - Clínica - São Paulo
 Cláudia M. Castro - Hospitalar - São Paulo
 Dayse C. F. Bernardi - Judiciário - Taubaté
 Floriano Nuno B. Pereira F.º - Saúde do Trabalhador - São Paulo
 Francisco J. Molinari - Clínica - Ribeirão Preto
 Glória Elisa B. Pires von Buettner - Educacional - Campinas
 Helena M.ª C. M. Hirye - Clínica, Taubaté
 Marcos A. Colen Leite - Saúde Pública - Mairiporã
 M.ª Cristina Pellini - Clínica - São Paulo
 M.ª Teresa S. Amaral "Teresita" - Clínica - São Paulo
 Odair Sass - Educacional - São Paulo
 Sérgio R. A. Donda - Clínica e Educacional - São Paulo
 Walter de Paula Pinto F.º - Psicologia do Trabalho - São Paulo

SUPLENTES

- Álvaro Trujillo - Clínica - São Paulo
 Ana M.ª R. Carvalho - Psicologia do Trabalho - Assis
 Anita Cecília Lofrano - Clínica - São José do Rio Preto
 Cláudio G. Capitão - Clínica e Hospitalar - São Paulo
 Esequiel Laco Gonçalves - Clínica - Campinas
 Jorge Luís Camargo - "Nicarágua" - Saúde Mental - Mairiporã
 Luiz Humberto Sivieri - Psicologia do Trabalho - São Paulo
 Manoel A. Santos - Saúde Mental - Ribeirão Preto
 Maria Costantini - Saúde Mental - São Paulo
 M.ª Fátima Balancieri - Clínica - Bauru
 Meyre Magnani - Clínica - Santo André
 Nilma R. da Silva - Clínica - Bauru
 Raquel S. Lobo Guzzo - Educacional - Campinas
 Wagner Bosco Silva - Psicologia do Trabalho - São Paulo

res dos sistemas de justiça, penitenciário, de atendimento à criança, adolescente e família;

- Implementar as deliberações do "Encontro Serviço Social Judiciário, Psicologia Judiciária e Cidadania" em conjunto com as entidades.

NA FORMAÇÃO

- Lutar contra a abertura de novos cursos e pela avaliação dos atuais com base nas deliberações do Fórum de Formação;
- Participar e incentivar o desenvolvimento de critérios para avaliação da graduação, com base nas Diretrizes Curriculares;

- Participar de atividades com outros regionais e CFP, incentivando a criação de grupos e comissões que discutam nacionalmente e no âmbito do Mercosul, as necessárias melhorias na formação graduada e pós-graduada (aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado);
- Manter um fórum permanente sobre formação reunindo docentes, estudantes, gestores e outras entidades para análise e encaminhamento de questões da graduação, aprimoramento profissional e pós-graduação.

QUEM NOS APÓIA

Valdemar Augusto Angerami (Camon) - Fábio Herrmann - Fábio Vilella - José Roberto Eloane - Mara Cristina de Souza - Marina Rezende Bazon - Cristina Amélia Luzio - José Roberto Tozoni Reis - Celso Manso - Vera Colucci - Sônia M.ª Facca - Solange Wechsler - Celso Zonta - Oswaldo Gradel - Mônica Gorgulho - Oswaldo Di Loretto - M.ª de Lurdes Zemel - Manoel Morgado Resende - Lídia Aratangy - Leon Crochik - Silvia Esteves - Leonardo Guirao - Teresinha Reis Pinto - Roberto Salazar - Silvio Yasui - José E. Justo - Carlos Ladeia - M.ª Elvira Melo Vieira - M.ª de Lurdes Kato - Júlio Cesar Guimarães - Fábio Landa - Olinda Palon - Ruth Tomiyoshi - Elisabete Pshetz - Paulo Barnabé - Fábio Mesquita - Regina Bueno - Nilton Júlio de Faria - Cássia Regina Rodrigues - Vânia M.ª Lopes Turini - Marilza Delpino - Ângela Soligo - Augusto Cesas Petta - Fernando Aurélio C. Galvanese - Marcelo Moreno - Adriana Josefa Chaves - Plínio Alvarenga - Fátima França - Elisabeth Gato - Luiz Carlos Araújo - Lyede Ruggero de B. Nóbrega - Suzana Villaça de Oliveira - Lúcia Helena R. Tarla.

Contatos: Fone (011) 853-0930. Celi; (011) 3361-3292
 Sérgio. e-mail: wargab@uol.com.br

UM CONSELHO PARA CUIDAR DA PROFISSÃO

em São Paulo

CARTA ABERTA AOS PSICÓLOGOS

Oi,

Estamos de novo frente às eleições que decidirão a condução da nossa entidade nos próximos três anos. Neste espaço, vamos expor nossas propostas de trabalho, discutir os seus princípios e nos apresentar. A direção dada aos trabalhos no Conselho Regional define o tipo de relação que a entidade tem com a categoria e a sociedade. Por isso, consideramos de fundamental importância que a entidade esteja aberta para fomentar e canalizar a participação dos psicólogos na definição de questões e de estratégias de ação que respondam às necessidades colocadas pela sociedade.

Alguns esforços têm sido feitos nesse sentido mas é fundamental abrir mais a entidade, torná-la cada vez mais um Conselho de todos os psicólogos, ampliando as parcerias possíveis para uma gestão democrática e engajada na luta por uma sociedade onde o exercício da cidadania seja fortalecido.

Com essas preocupações, começamos a nos reunir há alguns meses. No início éramos poucos, mas no processo muitos foram se agregando e ajudando a discutir criticamente a atuação do Conselho e a construir as teses que apresentamos no Congresso. Essas discussões foram tomando forma de uma proposta de ação; portanto, avaliamos que seria importante formar uma chapa para concorrer ao CRP e buscar dali viabilizar estas propostas. Acreditamos que, com um processo democrático de trabalho, seremos cada vez mais psicólogos envolvidos nesse movimento de construir um conselho para cuidar da profissão.

Movimento este que se espalha por todo o Brasil numa perspectiva de revitalização dos conselhos como instrumentos de transformação da exclusão e fragmentação social imposta pela conjuntura neoliberal crescente na sociedade brasileira. Movimento que está representado na atual gestão do Conselho Federal e ali tem colocado em prática muitas das nossas propostas.

Convidamos **você** para fazer parte conosco desse movimento de renovação. **É hora de mudar!**

Um abraço em nome de todos nós,

Lumêna

quem somos

Lumêna Castro Furtado	Kátia Rubio	Milton Baldon
Ana Stela Alvares Cruz	Odair Furtado	Sandra Maria Sawaya
Leliane Gilosce Moreira	Paulo Roberto de Camargo	André Isnard Leonardi
Alexandre Nicolau Luccas	Maria Regina Namura	Odette de Godoy Pinheiro
Ednilton Santa Rosa	Elisá Sayeg	Adalberto Botarelli
Sergio Ozella	Valéria Pereira	Carla Bertuol
Wanda Maria (Ia) Junqueira	Rogério Izidro Duran	Rafaela Cocchiola
Carmem Sílvia Rotondano Taverna	Rachel Alvim	Sueli Pereira Pinto
Bronia Liebesny	Vânia Conselheiro Sequeira	José Siqueira de Britto Lyrá
Mariângela Aoki	Inez Guimarães Pistelli	Márcia Cabral Meireles

Caros psicólogos de São Paulo,

Quero lhes apresentar a chapa 2 "Um Conselho para Cuidar da Profissão", que concorre ao Conselho Regional de Psicologia - 06. Vocês, evidentemente, notaram a coincidência de nomes entre a chapa que eu encabeço para o Conselho Federal e a chapa de São Paulo. Evidentemente, não se trata de mera coincidência. Em primeiro lugar, trata-se de um grupo de pessoas que já há um bom tempo vêm pensando (e batalhando) em como melhorar a condição de trabalho e formação do psicólogo e, ao mesmo tempo, têm se dedicado a construir uma Psicologia crítica, que leve em consideração a condição de vida da maioria da população brasileira. É o caso da professora Odette de Godoy Pinheiro, com quem estive na memorável gestão de 1980 a 83 do Sindicato dos Psicólogos no Estado de São Paulo, então presidido por ela. É o caso da Lumêna, da Ia, da Brônia, do Sérgio Ozella, do Odair Furtado na militância incansável no próprio sindicato, no "Movimento de Reorganização do Psicólogos", nos encontros organizado pelos Conselhos de Psicologia (desde o CONUP de 89), na FENAPSI que eu presidi por uma gestão. Além desses, a chapa que concorre ao CRP-06 conta com outros valorosos companheiros, alguns mais conhecidos pelo desempenho na área profissional ou na acadêmica, como a Rachel Alvim, do Sedes Sapientiae e a Sandra Sawaia da USP de Rib. Preto. Ou a Elisa Sayeg da USP, a Carla Bertuol, de Santos, o Rogério que trabalha com Orientação Vocacional. Outros, como a Inez e o Milton, pelo trabalho que fazem em prol da categoria à frente do Sindicato dos Psicólogos. Gente da área de saúde pública como a Mariângela, da clínica como a Leliane, de hospitalar como o André e a Rafaela, enfim, gente tarimbada, gente inserida na profissão, gente nova que vai trazer novas idéias para a construção de uma gestão aberta, dinâmica e voltada para o psicólogo e para as questões sociais.

Em segundo lugar, temos o mesmo nome porque partilhamos o mesmo método democrático de gestão de uma entidade, que vem sendo testado com êxito no Conselho Federal de Psicologia. E peço voto para a Chapa 2 "Um Conselho para Cuidar da Profissão" não só pelo vínculo político que mantemos, mas fundamentalmente para que o trabalho entre o Conselho Federal e o Regional possa ser feito na forma de parceria - o que potencializa aquilo que é feito pela Psicologia e pelos psicólogos -, e para tirar o Conselho Regional do isolamento em que se colocou frente às questões nacionais.

Um Conselho com a importância do CRP-06 deve ter um papel preponderante na construção de uma política nacional para a Psicologia e para a categoria. Por tudo isso, faça como eu: vote nesses nossos valorosos companheiros!

Ana M. B. Bock

Apoios

Marcos Ferreira	Marlene Proença
Jorge Broide	Yvonne Khoury
Ana Bock	Adriana Marcondes
Luiz Marcellino de Oliveira	Maria da Graça Gonçalves
Márcia e Luiz Amadeu Bragante	Mariângela Feitosa
Ana Maria Knobell	Cláudio Hutz
Dalka Chaves	Maria Regina Volpe
Lino Macedo	Alberto Pereira Lima Filho
Anna Verônica Mautner	Bellkiss Wilma Romano
Marisa Greeb	Silvia Maria Cury Ismael
Maria Helena Souza Patto	Rafael Tassinari
Silvia Lane	Marcos Reigota
Mitsuko Antunes (Mimi)	Marcos Nigro
Heloisa Szymanski	Fernando Gonzalez
Sergio Leite	Camila Gonçalves
Mary Jane Spink - "Considero a Plataforma de Ação consistente e muito interessante. Algumas das propostas da plataforma acabam por suprir arenas relativas à qualificação que nem sempre podem ser resolvidas apenas no âmbito do perfil profissional. Essa é uma questão importante e vocês contemplam a interlocução com várias entidades. Reafirmo que os apoio inteiramente."	Doralina F. Carvalho
Ghislaine Gilosce da Silva	Maria José Medina R. Berto
Hebe Mancini Nicolau	Oswaldo Politano Júnior
Martha Suplicy	Cesar Ades
Christian Ingo Lens Dunker	Marina Massi
Darcy Corazza - "Merece todo o apoio essa chapa que não apela para o corporativismo eleitoreiro, mas propõe a defesa da Psicologia como ciência e profissão humanizante, que responda às reais necessidades da população, que propõe uma plataforma séria e honesta, fruto de uma análise serena e madura da realidade nacional, contra o projeto neoliberal, discriminatório e excludente, que escraviza o homem às "sagradas" leis do mercado e do consumo. Essa chapa, por sua proposta, nos faz sonhar novamente com uma cidadania geral e concreta."	José Luis Brant de Carvalho
	Maria José Silva de França
	Silvia Nascimento Penha
	Sandra Cassis
	Caterina Koltai
	Neide Abatayguara
	Dalia Derner
	Keniti Akira
	Paulo Gomes de Araújo
	Lazslo Ávila
	José Carlos Ferrigno
	Mônica Valente
	Eliane Cruz

CHAPA "IDENTIDADE E REALIDADE"

CARO(A) COLEGA! VOTE CHAPA 3

Somos psicólogos inconformados com o rumo que vem tomando a Psicologia no Brasil. Enquanto pessoas de outras áreas assumem, sem o menor constrangimento o nosso papel, nosso trabalho está ficando cada vez mais desacreditado e a nossa profissão vai perdendo sua real importância. Foi pensando nisso e com a intenção de dar um basta nessa situação que formamos a chapa "IDENTIDADE E REALIDADE", protagonizando os principais campos de dificuldades da categoria e tem por objetivo resgatar o nome e o campo de trabalho de cada um de nós.

Estamos dispostos e organizados para defender a nossa profissão. Para isto, pretendemos alcançar a união em torno de objetivos comuns, fortalecendo a IDENTIDADE.

Temos a aspiração de resgatar a IDENTIDADE do Psicólogo, por intermédio de ações efetivas na REALIDADE. Por isso, CONTAMOS COM VOCÊ, que como nós, também anseia por dias melhores. DIA 27 DE AGOSTO, será o dia do resgate da credibilidade e da importância do Psicólogo em nosso País.

Permíta-nos agora falar um pouco, de forma mais direta, daquilo que elaboramos como pontos de análise da nossa proposta. Este levantamento de base para nosso trabalho, vai ficar em aberto, pois você faz parte do mesmo e a qualquer momento podemos receber sua colaboração e sugestão. Estamos lhe convidando para se engajar na luta pela IDENTIDADE do Psicólogo. De que forma? Criando novos rumos para o C.R.P. partindo de alguns pressupostos básicos a seguir:

MERCADO DE TRABALHO: A REALIDADE DA PROFISSÃO

- Analisar a possibilidade do C.R.P. vir a campo, buscando ampliar a atuação do Psicólogo na sociedade;
- Divulgar a Psicologia visando criar o hábito das pessoas procurarem o "Seu Psicólogo";
- Buscar junto as universidades e escolas o aprimoramento do ensino de Psicologia, assegurando qualidade para o aluno e estabilidade para o professor;
- Promover análise das leis pertinentes ao exercício da profissão, visando o cumprimento das mesmas em empresas, instituições de saúde, educação, clubes esportivos e sociais;
- Analisar a criação de recursos para orientar o Psicólogo recém formado a enfrentar o mercado de trabalho;
- Atuar junto as empresas, instituições de saúde, educacionais, jurídicas entre outras que forneçam estágios visando a colocação do aluno na prática da Psicologia e não em atividades alheias a mesma;
- Articular nas esferas federal, estadual e municipal, leis que disponham sobre a obrigatoriedade da existência do cargo de Psicólogo em instituições públicas e privadas nas áreas através da realização de concursos;

NOVOS RUMOS PARA O CRP

- Promover encontros periódicos com os Psicólogos do interior da capital para avaliar questões pertinentes ao exercício da profissão;
- Ampliar a relação Psicólogo X Sociedade;
 - Analisar a possibilidade de desenvolver o aprimoramento técnico científico, pesquisas e estudos nas diversas áreas tendo sempre em vista atingir seu objetivo maior: a sociedade;
 - Unir-se aos demais Conselhos e C.F.P. para acompanhar a votação de matérias pertinentes à Psicologia, que tramitam nas Câmaras e Congresso Nacional;
 - Estimular parcerias com empresas públicas e privadas no sentido de ampliar a atuação do Psicólogo em trabalhos grupais nos diferentes segmentos sociais (Comunidades de bairros, clubes de serviços associações assistencias, etc);
 - Estimular a criação de novas frentes de atuação do Psicólogo como nos projetos ambientalistas e paisagistas, que envolvam grandes comunidades;
 - Estimular a participação dos Psicólogos nos projetos de educação de trânsito, direção defensiva, entre outros;
 - Viabilizar a participação dos Psicólogos nos grupos públicos e privados de orientação e combate às DST's, doenças crônicas infecto contagiosas, entre outras;
 - Discutir os novos paradigmas científicos da Psicologia, promovendo sua adequação à realidade brasileira;
 - Realizar assembleias nos municípios para eleger os representantes do C.R.P. nos Conselhos de Políticas Públicas;

ÉTICA: A IDENTIDADE DO PROFISSIONAL

- Incentivar a criação de núcleos de estudos e estimulá-los no aprofundamento das diferentes abordagens teóricas da Psicologia;
- Rever as finalidades da fiscalização do C.R.P., incluindo as condições de trabalho do Psicólogo e a defesa da qualidade do exercício profissional em termos técnicos e éticos;
- Priorizar o combate ao exercício ilegal da profissão nos diversos segmentos da Psicologia, esclarecendo a população sobre o atendimento por profissionais não habilitados;
- Ampliar as comissões de ética para todas as regionais da C.R.P.- 06;
- Promover uma ampla discussão entre a categoria com relação à responsabilidade da avaliação psicológica para porte de arma;
- Dar especial enfoque a atuação social e preventiva da Psicologia.

EFETIVOS

Maria Madalena Ferraz da Silveira - CRP. 06/05160. - Formada em 1977 - UNIMEP. Pós - Graduada em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS.

Antônio José Fajardo Amaral - CRP. 06/01655-0 - Formado em 1974 - PUC/ Campinas - SP; "Doença do Pânico" - (U.S.A.); Pós - Graduado em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS.

José Favorito - CRP. 06/4610 - Formado em 1977- Univ. São Marcos. Especialização: "Gestaltterapia e Cinesiologia" - Sedes Sapientiae. Pós - Graduado em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS. Membro da Diretoria da ANPSITRAN, APPSITRAN e APS.

Emílio Carlos Tonglet - CRP. 06/5430 - Formado em 1978 - Univ. de Mogi das Cruzes - Psicanalista com formação pelo Inst. Sede - Sapientiae - Pós - Graduado em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS. Autor do TEPEM-Teste Prontidão Emocional para Motoristas. Ex-Presidente da AVP-Associação Valeparaibana de Psicólogos.

Carlos Alberto Perfeito - CRP. 06/28999-1 - Formada em 1985-UNG-Univ. de Guarulhos. Especialização em Cinesiologia-Inst. Sedes Sapientiae - Ex-professor Universitário e Psicoterapeuta.

Walter Favaretto Filho - CRP. 06/6053 - Formado em 1978 - Fac. São Francisco - Itatiba - SP. Pós-Graduado em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS - Vice-Presidente da APPSITRAN.

Flávio Faria - CRP. 06/44116-8 - Formado em 1993 - UNISANTOS - Pós - Graduado em "Programação Neurolinguística" - UNAERPE (Rib. Preto). Pós- Graduado em "Gestão Integrada de Trânsito". Membro da Diretoria da APPSITRAN e ANPSITRAN.

José Flamarion da Silva - CRP. 06/4470 - Formado em 1977-Univ. São Marcos - Especialização em Psicoterapia Psicanalítica - Membro fundador e primeiro Presidente da UNIPSCO.

Sueli Tomaz Moura - CRP. 06/15039 - Formada em 1981 - UNISA - Univ. de Santo Amaro - Especialização em Psicoterapia Analítica - INEF-Inst. de Estudos e Orientação da Família - 1987- Superintendente da UNIPSCO.

Wilma Leamari dos Santos - CRP. 06/12687-4 - Formada em 1981- Univ. Metodista de São Paulo - Presidente da UNIPSCO

Angela Maria Regis Cavalcanti Brasil - CRP. 06/9778 - Formada em 1978 pela UNIP - Doutorado em "Psicologia Escolar"- USP - Professora Universitária.

José Antonio Nogueira da Cruz - CRP. 06/16113-8 - Formado em 1980 pela Univ. São Marcos. Especialização em Psicodrama, terapia familiar, Tip-Adei.

Alzira dos Anjos da Camara Lopes - CRP. 06/8879 - Formada em 1978 pela UNIP- Mestranda em "Psicologia Clínica" - PUC.

Maria Gorete dos Ramos - CRP. 06/28036-1 - Formada em 1986-UNG-Univ. de Guarulhos. Pós - Graduada em Rec. Humanos. Atuou 12 anos na área organizacional. Atua na área clínica em Guarulhos e na Sect. do Est. da Saúde - Ambulatório de Saúde Mental - São Matheus.

Arlindo Salgueiro - CRP. 06/0241 - Formado em 1973 - Univ. de Mogi das Cruzes - Mestrado em "Psicologia Social do Trabalhador", participação em vários Congressos Internacionais, membro da Diretoria da APS.

SUPLENTE

Ana Luiza Pires Batista Echeverria - CRP. 06/15792 - Formada em 1982- UNESP/ Assis. Especialização "Mestrado Psicologia Clínica"- PUC de SP.

Andrea Gonçalves da Silva - CRP. 06/46322-7 - Formada em 1992 - UNG - Univ. de Guarulhos. Pós - Graduada em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS.

Angela Cristina Celestin Faustino - CRP. 06/29215-5 - Formada em 1987- UNISANTOS - Pós - Graduada em "Psico- pedagogia" - UNISANTOS 1966 - membro da APS

Cleusa Lombardi - CRP. 06/1.492 - Formada em 1975 - UNESP/Bauru - SP. Especialização em Psicodrama Organizacional e Educacional (Instituto Bauruense de Psicodrama).

Edileuza Lopes Frazão - CRP. 06/8199-4 - Formada em 1979-Fec-São Caetano do Sul - Pós - Graduada em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS.

Edna de Fátima Righeto Rossini - CRP. 06/16272 - Formada em 1979 - UNIMEP- Piracicaba - Pós Graduada em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS.

Elvira Batista Rodrigues - CRP. 06/16039 - Formada em 1981- UNISANTOS - Pós - Graduada em Psicologia Social - USP. Presidente da Assoc. de Psicologia da baixada Santista.

Lêda Maria Monteiro Nogueira - CRP. 06/14357 - Formada em 1985 - FMU. Especialização organizacional, trabalhos com 3ª idade e outros.

Maria Lúcia Cardoso Martins - CRP. 06/37101-7 - Formada em 1990 pela PUC-Campinas. Especialização em "Psicologia Hospitalar", Trabalha no ICHC do Hospital das Clínicas-SP.

Maria Tânia Silva Bueno - CRP. 06/40435-9 - Formada em 1991 pela F.M.U. - Pós - Graduada Latu Senso.

Maria Teresinha Nakabayashi - CRP. 06/21936-6 - Formada em 1983- UNISA-Univ. de Santo Amaro - Especialização em Psicologia Analítica - INEF - Inst. de Estudos e Orientação da Família - 1987 - Superintendente da UNIPSCO.

Marília Marinangelo de Moraes C. de Oloreira - CRT. 06/6319-8 - Formada em 1978 - Univ. Metodista de S. Bernardo do Campo. Especialização: "Psicologia Clínica". Pós - Graduanda em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS.

Marli Alves de Mello - CRP. 06/17400 - Formada em 1981- UNG - Univ. de Guarulhos - Pós - Graduanda em "Gestão Integrada de Trânsito" - UNISANTOS.

Mônica Assumpção Rolim Loureiro - CRP. 06/15491 - Formada em 1981 - Fac. Paulistana de Ciências e Letras - Psicóloga do Judiciário - São José dos Campos.

Tânia Regina Castanheira de Souza - CRP. 06/4101 - Formada em 1977-Univ. São Marcos. Especialização em Psicodrama, orient. familiar e aconselhamento psicológico em instituição.

Contatos E-Mail:

flafaria@bignet.com.br
ivdan@coastalway.com.br
astfm@correionet.com.br
faft@pop.spo.matrix.com.br

ENDEREÇOS:

R: Washington 235	11410-150 Guarujá SP	013-387-1745
R: Vieira Fazenda,56	04117-030 São Paulo SP	011-549-9232
R: Aurea,76	12209-600 SJ Campos SP	012-322-5020
R: Mons. Claro, 1185	17040-360 Bauru SP	014-224-3999

um conselho para cuidar da profissão

federal

Conselho Federal ! Vote prá Valer !

Conversando com Ana Bock ...

Em primeiro lugar, nossas saudações aos nossos colegas psicólogos do estado de São Paulo ! Ficamos felizes com a abertura deste espaço no jornal do CRP- 06 para a manifestação das chapas que concorrem ao Conselho Federal . Isto representa para nós, possibilidade de ampliarmos ainda mais a divulgação das nossas idéias , dos nossos projetos.... De dividirmos com os colegas paulistas os conceitos com os quais temos trabalhado na atual gestão do CFP e com os quais queremos continuar trabalhando, se esta for a vontade manifestada pelas urnas nestas eleições...

No começo éramos poucos. Carregávamos muitos planos : queríamos mudar o Conselho Federal de Psicologia, na sua forma de ser , na sua forma de se relacionar com a categoria e no seu projeto para a profissão. Queríamos transformar e éramos poucos. Com dificuldades, a pouco mais de um ano e meio atrás, reunimos um grupo, inscrevemos nossa chapa e vencemos. Vencemos pela proposta de trabalho que apresentamos. A categoria derrotou nas urnas um projeto de gestão burocrática (**que ora se re-apresenta como nossa oposição**) afirmando que desejava as transformações que estávamos propondo... Fomos aumentando o grupo e agregando muitos parceiros que queriam também mudar o Conselho. Hoje somos muitos; não sabemos nem mais contar quantos somos, mas nosso projeto também cresceu e precisamos de todas as parcerias para transformar definitivamente esta entidade em um órgão para cuidar da profissão. **UM CONSELHO PARA CUIDAR DA PROFISSÃO** que deixe definitivamente para o passado um CFP voltado prioritariamente para si próprio, para a sua estrutura , para os eternos problemas de relacionamento entre CRPs e CFP.

Por isto, neste período, buscamos ativamente responder às demandas e problemas históricos que nossa categoria apresenta. Nem tudo pode ser encaminhado neste curto espaço de tempo. Certamente alguma falha pode ter existido. Mas temos certeza que estamos deixando para trás o passado de um Conselho habituado às negociações clientelistas, para enfrentar o desafio de inaugurar relações políticas fundadas nas parcerias em torno do projeto de **cuidar da profissão** , isto é, uma atuação do CFP sempre fundamentada num projeto que inclua, sem discriminações, todos aqueles que possam colaborar com as necessidades dos **projetos políticos profissionais**. Estamos num novo tempo, nos preparando para ingressar em um novo milênio. O Neoliberalismo tem avançado com força, trazendo problemas e questões de difícil enfrentamento, principalmente para os órgãos e entidades representativas dos profissionais e trabalhadores. Nossa profissão, na sua fragilidade, tem sofrido com as políticas que sucateam os serviços sociais, sobretudo a Educação e a Saúde. Queremos e estamos deixando para trás o passado de um Conselho frágil e atônito, aceitando o desafio da construção de uma entidade forte, parceira, que ao lado de outras entidades atua de forma incisiva, clara e firme na direção das soluções urgentes para os problemas da Psicologia. E queremos deixar para o passado um Conselho Federal arcaico, feitos de velhas formas de atuação , onde uma diretoria de forma solitária e paternalista, atuava em nome de um conjunto que, muitas vezes, nem sabe de sua existência e seus esforços.

Estamos construindo um Conselho que atua incluindo muitos parceiros, um Conselho que tem como seu principal desafio localizar, identificar e resgatar na própria categoria e nas suas diversas entidades as forças vivas da Psicologia Brasileira que se coloquem disponíveis para o trabalho de dignificação desta ciência e profissão. **Cuidar da Profissão** para nós é isto. Sermos capazes de analisar o momento de nossa história, compreendermos suas demandas e exigências e construirmos coletivamente as soluções., de forma inclusiva e parceira. **Cuidar da Profissão** refere-se a uma urgência e não é tarefa para poucos ...

Por isso, após este breve mandato tampão à frente do Conselho Federal de Psicologia, estou, orgulhosamente, apresentando este novo grupo de trabalho, para uma 2ª Edição Revista, Ampliada e Melhorada do **Conselho Para Cuidar da Profissão** . E estamos contando com você para enfrentar conosco este desafio...

Ana Mercês Bahia Bock.

P.s : Além da minha participação, temos a honra de ter conosco, participando da nossa chapa, o psicólogo paulista Sérgio Leite, professor da UNICAMP.

Cuidar : V. t. Cogitar ; imaginar ; meditar ; julgar; supor ; Int. pensar ; refletir; rel. Trabalhar pelos interesses de alguém ; preocupar-se com alguém ; atentar ; aplicar atenção; tratar de ; ter cuidado.... (PEQUENO DICIONÁRIO BRASILEIRO DA LÍNGUA PORTUGUESA)

Ana Bock é professora e Diretora da Faculdade de Psicologia da PUC/SP, autora do livro "Psicologias : uma introdução ao estudo da Psicologia", foi Presidente do Conselho Federal de Psicologia na atual gestão e lidera a Chapa "Um Conselho Para Cuidar da Profissão no CFP".



“ SE MUITO VALE
O JÁ FEITO
MAIS VALE O
QUE SERÁ ”

Milton Nascimento

Em debate

Um Conselho para "Cuidar dos Conselhos" ou um Conselho para "Cuidar da Profissão" ?

Um bom critério para percebermos o acerto e a adequação do programa da atual gestão do CFP, é , por incrível que pareça, a análise do programa divulgado pela Chapa de Oposição. Ali os colegas poderão ver inscritos, os principais pontos que tem sido o objeto de nossa atuação, conforme pode comprovar, a mais displicente das leituras dos números do JORNAL DO FEDERAL editados neste ultimo período. Sem tirar nem por, lá estão presentes as nossas idéias do CFP como estratégico para o futuro da profissão, a intervenção nas Interfaces, a política de comunicação com a categoria, a importância dos Direitos Humanos, a luta contra a desregulamentação da Profissão, a luta da Psicologia do Transito , Políticas Públicas, Informática, etc. Ficamos felizes com isso ... Pois percebemos que a nossa agenda , o trabalho que estamos fazendo a frente do CFP, está pautando, inclusive, a formulação das idéias da nossa Oposição, que, aparentemente, teria evoluído politicamente desde as últimas eleições ... Se esse fosse o caso, seria de se perguntar : Porque então duas chapas diante de programas tão semelhantes ? Será que estamos diante de um simples caso do " eu posso fazer melhor " ? Achamos que não ! Achamos que, apesar do esforço para "borrar" as diferenças, elas existem e se radicam sobretudo numa visão burocrática da política, que pretende limitar a atuação do Conselho Federal a um mero espaço de reprodução dos interesses de certas forças regionais, numa perspectiva familiar e internista. Se não, porque a necessidade de reduzir o financiamento do CFP, contra as decisões do nosso II Congresso ? Para enfraquece-lo ? Para torna-lo inoperante e depois faz-lo o bode expiatório, eximindo-se das responsabilidades ? Por outro lado nos distingue também os métodos de trabalho, a democracia, a participação... Não toleramos que o CFP se veja convertido numa paróquia ... Gostamos de pensa-lo como um espaço de articulação, não apenas e principalmente dos dirigentes dos Conselhos Regionais, mas de todas as entidades e forças vivas da Psicologia Brasileira. Construindo publicamente um projeto para o futuro da profissão ! E se, algumas destas forças, insistem, insistem, em ficar de fora... paciência ! *C'est la différence* !

Ana Bock (SP) Marcos Ferreira (SC) Tourinho (SE) Marcus Vinicius (Ba) Ana Jacó (RJ) Marta Elizabeth (MG) Graça Victor (Pe) Adelaide Oliveira (TO) João Bosco (Pa) Laeuzza Farias (Al) Maria Marques (Pb) Ricardo Moretzsohn (MG) Ernesto Santos (RJ) Biluca (MS) Rosa Albanezi (DF) Ana Luiza (RS) Julieta Arsênio (PR) Sérgio Leite (SP) Álvaro Aguiar (SC) Carmem Paulino (GO) Iana Bezerra (CE) - Os nossos currículos você confere no nosso material encartado no Jornal do Federal

CARO(A) COLEGA,

A **AÇÃO DEMOCRÁTICA** nasce no calor de um processo, que vem sendo construído nestes 36 anos de existência da profissão no Brasil, que resultaram nos Congressos Regionais e Nacionais da Psicologia.

A opção por **eleições diretas para o Conselho Federal de Psicologia**, somadas as resoluções políticas unificadas em Congressos, criaram as bases para efetivarmos e envolver os psicólogos(as) neste compromisso com a profissão.

Hoje os problemas que afligem a sociedade brasileira (o que nos inclui) levam-nos a agir com urgência, afim de definirmos nossas estratégias diante do que se propaga com o nome de globalização – braço executivo de um projeto neoliberal – que tem estabelecido uma hegemonia das grandes economias mundiais, sobre as pequenas e dependentes economias dos países subdesenvolvidos, banalizando a vida e as relações sociais; transformando em privado o que é de domínio público, impondo a privatização de setores estra-

tégicos para a coletividade como saúde, educação, assistência social, meio ambiente, etc., fazendo aumentar ainda mais a distância social entre as pessoas.

Às portas do século XXI, assistimos a um questionamento dos paradigmas que sustentam os saberes de várias profissões.

A Psicologia não estará fora dessa discussão. É imprescindível estabelecermos, com clareza, a interface entre a nossa profissão e as demais, somado à necessidade de uma definição clara a respeito do nosso espaço de atuação, tendo como perspectiva uma prática interdisciplinar entre o fazer psicológico e o saber de outras profissões.

O espaço social ocupado por nós Psicólogos(as), será fruto de nossa organização e mobilização, somados as ações concretas nas diversas áreas de atuação considerados de relevância pública. Dessa forma estaremos

RESGATANDO A DIGNIDADE SOCIAL DA PROFISSÃO

Por que estamos propondo uma chapa de oposição e um novo estilo de atuação para o CONSELHO FEDERAL ?

Porque a forma como os movimentos da categoria tem sido conduzidos, pela atual plenária do CFP, não tem correspondido às expectativas dos profissionais inscritos, somado à necessidade de um trabalho mais efetivo e articulado com todos os Conselhos Regionais pautado por uma ética democrática estabelecendo relações de independência e descentralização. É com o objetivo de fazer desaparecer esta prática, que postulamos a candidatura ao CFP, tendo como norte o restabelecimento de uma Entidade estruturada de forma orgânica e descentralizada, pautada na defesa da cidadania, buscando soluções para as questões nacionais, em conjunto com os CRP's e outras entidades – principalmente aquelas referentes à Psicologia como ciência e profissão – e suas conseqüências para a Sociedade. Tendo sempre presente o compromisso com a Psicologia, colocamos a seguir nossas principais propostas de ação, a serem implementadas através de um Planejamento Estratégico.

AÇÕES PARA UM NOVO TEMPO

- Procurar soluções das demandas sobre o exercício profissional, **dando respostas ágeis e efetivas aos psicólogos e a população, divulgando à sociedade, a função social da Psicologia.**

- **Implantar as Seções** de acordo com os princípios emanados no II Congresso Nacional da Psicologia, sem favorecimentos escusos;

- Combater a desregulamentação das profissões em curso no país, realizando este debate nacionalmente, em parceria com os outros Conselhos Profissionais, buscando desenvolver ações junto ao Poder Legislativo capazes de **preservar a função de caráter público da nossa Entidade.**

- Defender a efetiva implementação do SUS, participando das instâncias de controle social, e defender uma Política Pública de Atenção Integral à Saúde Mental, com base nos termos propostos pelos movimentos anti-manicomial.

- Incentivar e promover a atualização técnico-profissional dos psicólogos para trabalhos em equipes multiprofissionais.

- Defender o Plano Educacional de Educação elaborado pelas entidades organizadas da sociedade civil

- Trabalhar pela manutenção de Diretrizes Curriculares que contemplem os princípios de uma **formação pluralista e generalista.**

- Cadastrar os Cursos de pós-graduação e extensão universitária existentes no país;

- Dinamizar a atuação do Conselho Federal através de **debates e normatizações sobre cursos** onde são ministrados métodos e técnicas psicológicas a não psicólogos, impedindo a ameaça crescente de descaracterização da Psicologia.

- Elaborar em parceria com outras Entidades e lutar pela implantação de **Projeto de Atendimento Psicoeducacional** ao educando, visando a criação de cargos para psicólogos nas sedes Públicos de Educação, em todos os níveis de ensino.

- Lutar contra a regulamentação da Psicopedagogia como profissão, reafirmando o **papel da Pedagogia e da Psicologia como profissões do corpo educacional.**

- Mobilizar a sociedade sobre a importância do ensino de **Psicologia no Ensino Médio;**

- Lutar pela inclusão e regulamentação de propostas de **atenção à adolescência**, tal como previsto no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

- Desenvolver ações específicas de interesse coletivo da sociedade, estabelecendo interfaces com outras profissões, participando de projetos junto à população excluída.

- Coordenar o movimento da categoria, em parceria com os Conselhos Regionais, ANPSITRAN e FENAPSI, e manter articulação permanente com as Universidades para que os pesquisadores possam discutir e produzir instrumentos, condizentes com



Resgatando a Dignidade Social da Profissão

QUEM SOMOS:

<i>João Baptista Fortes de Oliveira</i>	PR
<i>Maria Leonor S. Bicalho</i>	DF, RO, AC, AM, RR
<i>Vicente de Paulo C. Saldanha</i>	RJ
<i>Sidnei Celso Corocine</i>	SP
<i>Marta Azevedo dos Santos</i>	SC
<i>Sérgio Luis Braghini</i>	SP
<i>Rita de Cássia Tenório Monteiro</i>	AL
<i>Tácito Antonio de Amorim</i>	PE, FN
<i>Lúcia Helena Rabelo Tarla</i>	SP
<i>Flávio Dantas de Araujo</i>	PR
<i>Ruth Pereira de Assunção</i>	PB, RN
<i>Lucene Ramos Santos</i>	BA, SE
<i>Maria Moema B. Leal de Britto</i>	PA, AP
<i>Lindair Ferreira Araujo</i>	PE, FN
<i>Júlio de Oliveira Nascimento</i>	GO, TO
<i>Conceição Aparecida P. Rezende</i>	MG, ES,
<i>Manuel Mayer Júnior</i>	RS
<i>Maria de Lourdes B. da Silva</i>	DF, RO, AC, AM, RR
<i>Regina Stella Façanha Elias</i>	CE, MA, PI
<i>Socorro de Maria R. de Andrade</i>	MT, MS
<i>Siumara Terezinha R. Brandão</i>	MG, ES
<i>Sebastião Ovidio Gonçalves</i>	PR

tercâmbio de experiências entre os profissionais.

- Atuar eficazmente junto aos parlamentares, em virtude dos inúmeros Projetos de Lei que tramitam pelo Congresso Nacional, de interesse da categoria.

Esta é a nossa aposta! E queremos que você psicólogo(a) participe efetivamente dessa construção conosco.

VAMOS RESGATAR A DIGNIDADE QUE NOSSA PROFISSÃO MERECE !

No dia 27 agosto abrace este compromisso com a Psicologia.

**Vote oposição!
Vote Ação Democrática!**



Resgatando a Dignidade Social da Profissão

E mail: kalimeros@sti.com.br



27 DE AGOSTO

DIA DE ELEIÇÕES

VEJA COMO E ONDE VOTAR:

As eleições serão realizadas para escolha da gestão 1998/2001 do Conselho Regional de Psicologia e Consulta Nacional para indicação de membros do Conselho Federal de Psicologia. O horário de votação será das 8:00 às 20:00 hs. O voto é **OBRIGATÓRIO** para todos os psicólogos com inscrição principal no CRP-06 até a data de 29 de maio de 1998, sendo facultativo aos psicólogos que se inscreveram após esta data e aos psicólogos com idade acima de 65 (sessenta e cinco) anos.

O psicólogo que deixar de votar estará sujeito ao pagamento de multa eleitoral, de acordo com a Lei 5766/71, a menos que apresente justificativa, por escrito, ao CRP no prazo de noventa dias contados a partir da data da eleição.

Os psicólogos que não estiverem quites com a tesouraria do CRP, até o exercício de 1997, não poderão votar. Portanto, caso esteja em débito, procure a Sede ou Subsele do Conselho para regularização de sua situação financeira, ainda que seja para parcelamento do mesmo, afim de estar apto a votar.

Os psicólogos residentes no município de São Paulo receberão correspondência comunicando a Zona Eleitoral em que deverão votar (de 1ª a 8ª zona), sendo que o critério para distribuição das zonas será de acordo com a proximidade de sua residência. Os psicólogos residentes nos demais municípios onde serão instaladas Zonas Eleitorais (da 9ª à 16ª zona) deverão votar no município de sua residência. Já os demais psicólogos, que não tiverem seu Município abrangido pelas Zonas Eleitorais, deverão votar **obrigatoriamente** por correspondência. As cédulas e orientações para votação serão encaminhados pelo correio e a correspondência de retorno, contendo as cédulas de votação, deverão ser postadas, impreterivelmente, até o dia 13 de agosto do corrente ano. Os psicólogos devem comparecer aos respectivos locais de votação munidos de carteira de identidade do CRP, e na falta desta, de carteira de identidade (RG) ou carteira profissional.

Serão instaladas 16 Zonas Eleitorais, situadas nos seguintes municípios:

- 1ª Zona Eleitoral: R. Dr. Zuquim, 244 - Santana - São Paulo - SP
- 2ª Zona Eleitoral: Rua Maria Antônia, 403 - Higienópolis - São Paulo - SP
- 3ª Zona Eleitoral: Rua Arruda Alvim, 99 - Pinheiros - São Paulo - SP
- 4ª Zona Eleitoral: Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco B - Cidade Universitária - São Paulo - SP
- 5ª Zona Eleitoral: Rua Borges Lagoa, 208 - Vila Clementino - São Paulo - SP
- 6ª Zona Eleitoral: Av. Santo Amaro, 1239 - Bloco A e F - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP
- 7ª Zona Eleitoral: Rua Clóvis Bueno de Azevedo, 176 - Ipiranga - São Paulo - SP
- 8ª Zona Eleitoral: Av. Celso Garcia, 4031 - Tatuapé - São Paulo - SP
- 9ª Zona Eleitoral: Rua Osvaldo Cruz, 47 - Vila Xavier - Assis - SP
- 10ª Zona Eleitoral: Rua Professor Gerson Rodrigues, 2-39 - Bauru - SP
- 11ª Zona Eleitoral: Rua Frei Manoel da Ressurreição, 1251 - Guanabara - Campinas - SP
- 12ª Zona Eleitoral: Rua Thomaz Nogueira Gaia, 168 - Ribeirão Preto - SP
- 13ª Zona Eleitoral: Rua Luiz Pinto Fláquer, 523 - sala 61 - 6º andar - Santo André - SP
- 14ª Zona Eleitoral: Rua Martin Francisco, 225 - Encruzilhada - Santos - SP
- 15ª Zona Eleitoral: Rua Coronel Spínola de Castro, 3360 - 2º a. - Bl. B - Sala 22 - Ed. Firenze - S. J. do Rio Preto - SP
- 16ª Zona Eleitoral: Rua Nancy Guisard, 25 - Centro - Taubaté - SP